



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Lidando com a Secessão: Uma Análise das Estratégias dos Governos Espanhol e Britânico para a Catalunha e a Escócia (2018-2021)

Emanuel Sousa Ferreira

Mestrado em Ciência Política

Orientadora:

Doutora Filipa Alves Raimundo, Professora Auxiliar
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

maio, 2021



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Lidando com a Secessão: Uma Análise das Estratégias dos Governos Espanhol e Britânico para a Catalunha e a Escócia (2018-2021)

Emanuel Sousa Ferreira

Mestrado em Ciência Política

Orientadora:

Doutora Filipa Alves Raimundo, Professora Auxiliar
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

maio, 2021

AGRADECIMENTOS

A autodeterminação, ou a secessão pelo mesmo motivo, inicia-se com um período de autoquestionamento. As questões levam a mais questões, o desconcerto leva a novas descobertas, e a crescente consciência coletiva política leva à transformação de como um povo é governado. Tal como este fenómeno político, o meu interesse e concretização do tema debatido nesta dissertação deve-se não só a um esforço individual, mas acima de tudo, a uma proeza coletiva. Como tal, há que reconhecer a cooperação e o apoio direto ou indireto de diversas pessoas às quais estou verdadeiramente grato.

Começo por reconhecer a orientadora desta dissertação, a Doutora Filipa Raimundo, pela orientação concedida e pela atenção e disponibilidade demonstrada para auxiliar e guiar um orientando durante uma fase de grande inquietação e muitas dúvidas.

Aos meus pais, Emanuel e Glória, um simples “obrigado” nunca será suficiente para vos agradecer pelo apoio, carinho e amor incondicional que vos é intrínseco. Este trabalho é principalmente dedicado a ambos.

Aos meus irmãos, Érica e Filipe, sem o vosso companheirismo, sentido de humor e amizade, nada disto seria exequível. Vocês tornaram esta jornada mais fácil e por isso, este trabalho é tanto meu como vosso.

Por último, mas não menos importante, a todos os meus professores, colegas e amigos, pela aprendizagem e conhecimentos que me têm transmitindo ao longo do meu percurso académico e pessoal e que, de uma forma ou de outra, conduziram à realização da presente dissertação.

Foram todos uma motivação constante e uma fonte de inspiração inalterável.

A todos o meu muitíssimo obrigado!

RESUMO

Quando confrontado com atividades secessionistas, um Estado pode reprimi-las ou acomodá-las. O que explica isto? A literatura que pretende responder esta variação, geralmente ignora um aspeto crucial: os partidos políticos. Esta dissertação parte da conclusão de Cetrà & Harvey (2018) e aproveita a ocasião oferecida pelo novo contexto político em Espanha e no Reino Unido para explicar a variação do comportamento dos governos centrais para as demandas dos movimentos secessionistas da Catalunha e da Escócia desde 2018 até 2021. Através de demonstração empírica, é realizada uma análise da conduta partidária no contexto da política territorial mediante os cálculos estratégicos dos partidos no governo central sobre os incentivos de oportunidade política criada pelo sistema partidário, pela performance e competição eleitoral, e pela opinião pública. Este estudo argumenta que os partidos políticos se comportam estrategicamente sobre a questão secessionista para os seus próprios interesses. Curiosamente, a competição entre os partidos estatais é dos fatores mais relevantes para a explicação das posições de ambos os casos de estudo. Em Espanha, a posição mais acomodativa do PSOE possibilitou a manutenção do poder e tem atenuado a ameaça secessionista catalã. No Reino Unido, o comportamento mais restritivo do CP para a independência escocesa tem o consolidado como o principal partido de oposição na Escócia. Embora dissemelhantes, ambas estratégias funcionam como uma ferramenta para os mesmos objetivos: expandir a sua quota-parte de ganhos eleitorais. Dada a oportunidade política percebida, um acordo para qualquer referendo independentista não aconteceu durante este período, sendo igualmente improvável num futuro próximo.

Palavras-chave: acomodação, Espanha, governo central, Reino Unido, repressão, secessão.

ABSTRACT

When confronted with secessionist activities, a State can either suppress or accommodate them. What explains this? The literature that aims to answer this variation generally ignores one crucial aspect: political parties. This dissertation takes Cetrà & Harvey (2018) conclusion as a starting point and takes the occasion offered by the new political context in Spain and the UK to explain the variation in the behavior of central governments towards the demands of the secessionist movements in Catalonia and Scotland from 2018 to 2021. Through empirical demonstration, an analysis of party behavior in the context of territorial politics is conducted through the strategic calculations of parties in central government on the political opportunity incentives created by the party system, electoral performance and competition, and public opinion. This study argues that political parties behave strategically on the secessionist issue for their own interests. Interestingly, competition between state parties is among the most relevant factors in explaining the positions of both case studies. In Spain, the more accommodative position of the PSOE has made it possible to maintain power and has mitigated the Catalan secessionist threat. In the UK, the CP's more restrictive behavior towards Scottish independence has consolidated it as the main opposition party in Scotland. Although disparate, both strategies function as a way for the same goals: to expand its share of electoral gains. Given the perceived political opportunity, an agreement for any independence referendum has not happened during this period and is equally unlikely in a foreseeable future.

Keywords: accommodation, Spain, central government, United Kingdom, repression, secession.

INDÍCE

INTRODUÇÃO	1
1. A SECESSÃO E A RESPOSTA DO GOVERNO CENTRAL: REVISÃO DA LITERATURA.....	3
1.1. Definindo a secessão	3
1.1.1. Os referendos como estratégia para a secessão	4
1.2. Entre acomodação e repressão: as opções do governo central	5
1.3. Explicando a variação de respostas	6
1.3.1. O papel dos atores políticos nas reformas territoriais	7
2. METODOLOGIA	10
2.1. Fundamentos teóricos e objetivos	10
2.2. Abordagem metodológica, seleção dos casos e periodização.....	11
2.3. Recolha e análise de dados	13
3. ANÁLISE DO CASO DE ESTUDO: ESPANHA	14
3.1. Visão Geral	14
3.2. Explicando a posição do governo central.....	15
3.2.1. Incentivos estratégicos criados pelo sistema partidário.....	16
3.2.2. Incentivos estratégicos criados pela performance e competição eleitoral.....	18
3.2.3. Incentivos estratégicos criados pela opinião pública.....	21
4. ANÁLISE DO CASO DE ESTUDO: REINO UNIDO.....	24
4.1. Visão Geral	24
4.2. Explicando a posição do governo central.....	25
4.2.1. Incentivos estratégicos criados pelo sistema partidário.....	25
4.2.2. Incentivos estratégicos criados pela performance e competição eleitoral.....	28
4.2.3. Incentivos estratégicos criados pela opinião pública.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39
ANEXOS	47
A. Quadros.....	47
B. Figuras.....	51

ÍNDICE DOS QUADROS E FIGURAS

Quadro 1. Ocorrências e tentativas secessionistas (1944-2022).....	47
Quadro 2. Resultados das eleições gerais (2016-2019).....	48
Quadro 3. Resultados das eleições regionais da Catalunha (2017-2021).....	49
Quadro 4. Opinião pública espanhola sobre uma política de diálogo para com a Catalunha (2017-2019).....	49
Quadro 5. Resultados do referendo de 2016 sobre a permanência do Reino Unido na UE.....	49
Quadro 6. Resultados das eleições gerais (2017-2019).....	50
Quadro 7. Resultados eleitorais das eleições escocesas (2016-2021).....	50
Figura 1. Saliência da dimensão territorial nos manifestos dos partidos políticos espanhóis e catalães para as eleições gerais (2016-2019).....	51
Figura 2. Preferências dos catalães sobre a disposição constitucional da Catalunha (2011-2021).....	51
Figura 3. Opinião pública catalã sobre a independência da Catalunha (2012-2021).....	52
Figura 4. Saliência da dimensão territorial nos manifestos dos partidos políticos britânicos e escoceses para as eleições gerais (2015-2019).....	52
Figura 5. Resultados das eleições gerais na Escócia (2010-2019).....	53
Figura 6. Preferências dos escoceses sobre a disposição constitucional da Escócia (2012-2019).....	53
Figura 7. Opinião pública escocesa sobre a independência da Escócia (2016-2021).....	54

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

A19 Eleições espanholas de abril de 2019

CDC *Convergència Democràtica de Catalunya*

CEO *Centre d' Estudis d' Opinió*

CIU *Convergència i Unió*

CP *Conservative and Unionist Party*

Cs *Ciudadanos*

CUP *Candidatura d'Unitat Popular*

CECP *Catalunya En Comú Podem*

ERC *Esquerra Republicana de Catalunya*

JxCat *Junts per Catalunya*

LD *Liberal Democrats*

LP *Labour Party*

MARPOR *Manifesto Research on Party Representation*

N19 Eleições espanholas de novembro de 2019

PDeCat *Partit Demòcrata Europeu Català*

PP *Partido Popular*

PSC *Partit dels Socialistes de Catalunya*

PSOE *Partido Socialista Obrero Español*

SGP *Scottish Green Party*

SNP *Scottish Nationalist Party*

SSA *Scottish Social Attitudes*

UE *União Europeia*

UP *Unidas Podemos*

INTRODUÇÃO

O mapa-múndi político está numa incessante mudança. Em perspectiva, em 1945 havia cerca de 75 Estados independentes, nos dias de hoje, este número quase triplicou e são agora quase 200¹. As mais recentes tentativas independentistas na Escócia (2014), Catalunha (2014; 2017) Curdistão (2017), Bougainville (2019) e na Nova Caledónia (2018; 2020), sugerem que vivemos atualmente numa era da secessão (Griffiths, 2016). À primeira vista, os governos centrais não têm qualquer incentivo para organizar um plesbício sobre a secessão de uma parte do seu território que possa provocar a fracturação do *status quo*. No entanto, enquanto a maioria das demandas secessionistas são reprimidas, outras são acomodadas e organizadas em estreita colaboração com o governo central. Considerando esta variação de resposta entre acomodação e repressão, é necessário analisar os motivos e o comportamento dos governos centrais para melhor compreender esta questão.

Todavia, a literatura vigente acerca da perspectiva dos Estados sobre a secessão constitui uma raridade (Siroky, 2011). E a literatura que efetivamente adota esta questão, tem encontrado uma fraca confirmação empírica que a sustente (Nilsson, 2010; Forsberg, 2013; Germann, 2017; Wilden, 2018). Para mais, esta tende a ignorar um componente muito importante e essencial do comportamento e da tomada de posição dos governos centrais: a dinâmica partidária e a politização da secessão numa lógica de ação eleitoral dos atores políticos. Partindo desta perspectiva, Cetrà & Harvey (2018), analisam a razão pela qual os governos do Reino Unido e de Espanha reagiram de forma variada às respetivas demandas por independência da Escócia e da Catalunha. Os autores sugerem que estes comportaram-se no quadro de um direito constitucional à autodeterminação e à concepção do Estado. E sobretudo, ao basearem-se em estudos de política territorial, os autores concluem que o governo espanhol liderado pelo *Partido Popular* e o governo britânico dos *Conservative and Unionist Party/Liberal Democrats*, reagiram a estas demandas estrategicamente mediante a oportunidade política percebida pelos atores políticos no poder.

Desde a análise dos autores, contudo, o contexto político em torno dos movimentos secessionistas tem evoluído. No Reino Unido, as negociações consequentes do Brexit, resultaram na *Withdrawal Agreement Bill* em 2018. Este fator, assim como a posterior saída oficial do país da União Europeia, mudaram o cenário político britânico e levaram a um aumento da opinião pública escocesa a favor da secessão, que haviam votado maioritariamente para se manter como parte da mesma. Em vista disso, desde então, o *Scottish Nationalist Party*, tem exigido o aval do governo central para a realização de um segundo referendo independentista, o qual tem sido constantemente negado. Isto revela uma mudança de posição do Reino Unido para uma mais intransigente. Na Espanha, a queda do governo do *Partido Popular* em 2018 mediante uma moção de censura levada a cabo pelo *Partido Socialista Obrero Español* resultou num incremento da polarização ideológica e

¹ Durante o momento de escrita, a Organização das Nações Unidas tinha 193 membros plenos mais dois Estados observadores: o Vaticano e a Palestina.

num governo de coligação de esquerda com o *Unidas Podemos*, que posteriormente se viram obrigados a negociar com os independentistas catalães. Isto revela uma abordagem mais moderada em comparação com o executivo anterior. Estas observações significam que as posições dos dois governos centrais verificadas durante os referendos secessionistas não são definitivas.

Por conseguinte, esta dissertação procura explicar o comportamento de ambos os casos, abordando várias questões que têm sido levantadas na literatura e aproveita a oportunidade oferecida por este novo contexto político para desenvolver o trabalho de Cetrà & Harvey (2018), analisando os conflitos secessionistas através da perspectiva do governo central desde 2018 até 2021. Deste modo, esta dissertação procura responder à seguinte questão de investigação: *Em que medida é que a mudança de oportunidade política percecionada conduz a uma mudança na resposta dos governos centrais às demandas secessionistas da Escócia e da Catalunha no período pós-referendo?* De forma a responder a esta questão, esta dissertação parte da conclusão dos autores supracitados e argumenta que o comportamento dos governos centrais pode ser explicado ao considerar três principais fatores. São estes, os cálculos estratégicos dos partidos incumbentes sobre os incentivos de oportunidade política criada pelo 1) sistema partidário, 2) pela performance e competição eleitoral e 3) pela opinião pública. Em suma, esta dissertação visa contribuir para as questões levantadas pela literatura, e, mais importante, num contexto de política territorial, visa examinar a relevância das estratégias eleitorais e da dinâmica partidária por detrás do comportamento dos partidos políticos no governo central para com as demandas dos movimentos secessionistas. Através de um estudo qualitativo, esta dissertação espera fornecer uma explicação analítica da politização da secessão e da ação partidária sobre a mesma, de modo a compreender a resposta dos governos centrais.

A presente dissertação está estruturada da seguinte forma. Primeiro, introduz-se uma secção teórica, onde são definidos os conceitos abordados, e é elaborada uma revisão da literatura existente. Segue-se uma secção metodológica onde são delineados os fundamentos teóricos do estudo, é apresentado o método de análise e é ilustrada a estratégia de seleção dos casos. Os casos são posteriormente analisados empiricamente de modo a compreender a variação verificada nas respostas dadas pelos governos do Reino Unido e da Espanha. Num momento final, inseridos nas considerações finais, os resultados são comparados e discutidos de modo a responder à questão de investigação. Esta análise deverá fornecer uma visão geral sobre os fatores que explicam a estratégia dos partidos políticos no governo em lidar com as demandas dos movimentos secessionistas, não só na conjuntura analisada, mas em contextos semelhantes.

1. A SECESSÃO E A RESPOSTA DO GOVERNO CENTRAL: REVISÃO DA LITERATURA

1.1. Definindo a secessão

Como a maioria dos conceitos das ciências sociais, a secessão é um conceito contestado e desprovido de consenso entre os acadêmicos sobre o que dever ser considerado, derradeiramente, uma secessão (Doyle, 2010). Esta tem sido objeto de investigação nas mais variadas disciplinas, criando uma diversidade de definições incompatíveis entre si, o que dificulta a análise da mesma. Para o propósito desta dissertação, indo ao encontro das palavras de Pavković e Radan (2007: 1) a secessão será encarada como o “[...] um processo de retirada de um território e da sua população de um Estado existente e a criação de um novo Estado nesse território.” Assim, esta difere do conceito de separatismo ou irredentismo, muitas vezes confundido. O primeiro, visa a redução do controlo do governo central sobre o território visado e sua população, variando entre a autonomia e a independência (Heraclides, 1992; Wood; 1989). O segundo, refere-se àqueles que não pretendem independência, mas sim, juntarem-se a outro Estado existente (Heraclides, 1992).

Algumas definições mais restritivas da secessão como as de Heraclides (1991: 4), Crawford (2007: 375) ou Kohen (2006: 28), limitem-na à retirada dum território “sem o consentimento” do Estado anfitrião. Similarmente, Premdas (2013) entende que a secessão pode ser analiticamente concebida como um processo permeado por etapas, exibindo, periodicamente, padrões de acomodação e repressão. No entanto, segundo Pavković (2015), é irrelevante se durante alguma fase deste processo, a secessão foi contestada ou consentida pela metrópole, porque o produto final deste é, objetivamente, o mesmo: a criação de um novo Estado soberano onde antes era o território do Estado anfitrião. Apesar disso, o papel do governo central é determinante, visto que uma secessão é bem-sucedida quando o novo soberano é reconhecido internacionalmente pelos seus homólogos e pelo antigo Estado anfitrião (Wood, 1981). Como melhor disse Henry Wheaton:

“The external sovereignty of any State [...] may require recognition by other States in order to render it perfect and complete [...] If it desires to enter into that great society of nations [...] such recognition becomes essentially necessary to the complete participation of the new State in all the advantages of this society [...]” (citado por Crawford, 2007: 9).

Por outras palavras uma entidade é apenas tratada como um Estado se o resto do sistema internacional a reconhecer como tal (Sterio, 2010: 8).

De modo a incrementar a mobilização, os movimentos secessionistas² invocam o princípio de autodeterminação dos povos baseando-se num sentimento nacionalista que os separa da restante

² Partindo da lógica de Siqueira (2005), consideramos que os movimentos secessionistas podem ser compostos por muitas facções, grupos ou partidos políticos e embora, possa haver um acordo entre estes quanto ao objetivo geral do movimento – secessão - cada um poderá ter opiniões diferentes sobre como alcançá-lo.

população do Estado, sendo nesse sentido um grupo minoritário que se considera uma nação distinta inserida num estado multinacional (Nielsen, 2003; Cunningham, 2014). Isto acontece com os casos de estudo desta dissertação. Como tal, os estados multinacionais são de importante relevância para as discussões sobre a secessão, visto que, praticamente quase todos os movimentos secessionistas envolveram um grupo minoritário etno-cultural com raízes históricas e com uma auto-concepção nacional (Badie et al., 2011). Embora as demandas secessionistas não resultem necessariamente de uma identidade nacional distinta, esta é geralmente considerada o principal fator impulsionador do apoio à independência (Wellman, 2005; Sorens, 2012). Ainda que não seja uma condição estritamente necessária para o desenvolvimento de movimentos secessionistas, é o fator mais comum em todos os casos (Brilmayer, 1991, Buchanan, 1992). Além disso, esta condição pressupõe a concentração de um grupo a uma área territorial. Este é um componente essencial para uma reivindicação secessionista (Mueller, 2012).

No geral, os movimentos secessionistas emergem quando as minorias se sentem injustiçadas ou sub-representadas e, por acreditarem que a secessão trará maiores benefícios do que a permanência no Estado anfitrião (Hechter, 1992; Horowitz, 2000), desafiam o governo central e a sua respetiva definição territorial através de uma demanda por soberania (Pavković & Radan, 2007). Esta demanda é, geralmente, realizada por meio de um referendo (ibid).

1.1.1. Os referendos como estratégia para a secessão

O Quadro 1 ilustra as tentativas secessionistas - com ou sem referendo - realizadas desde 1944. Esta sistematização corrobora Griffiths & Wasser (2019) quando os autores afirmam que a maioria dos movimentos secessionistas atuais optam por desafiar a integridade territorial dos Estados principalmente através de meios pacíficos e não pela força das armas, utilizando o voto popular para promover a sua legitimidade e intentar a sua independência. O Quadro 1 revela que a ocorrência de tentativas secessionistas em estados democráticos, em pertinência com os autoritários, é menos frequente. Estas ocorrem maioritariamente de uma forma pacífica e institucionalizada através de referendos (Fazal & Griffiths, 2008). Os mesmos podem ser utilizados para alcançar a independência ou para iniciar os passos de negociações da mesma (Collin, 2019). Ainda, podem ser utilizados pelos Estados *de facto* para ganhar reconhecimento ou para gerar legitimidade interna como forma de proceder com a construção estatal (Scheindlin, 2012). Um exemplo disso é o caso do Kosovo.

Além disso, os referendos independentistas são geralmente propostos como instrumentos institucionais para resolver a tensão entre movimento secessionista e o governo central e também entre dois princípios opostos (Griffiths, 2016). Por um lado, o princípio da autodeterminação, mencionado no Art.º 1 da Carta das Nações Unidas. Por outro, a norma da integridade territorial dos Estados garantida pela constituição, que por sua vez, anula o primeiro. Considerando isso, a organização de um referendo de independência deve ser encarada como uma decisão fraturante que pode modificar profundamente o equilíbrio político, económico e social de uma determinada área

(Horowitz, 2003). Tendo em vista essa ameaça inerente ao *status quo*, os governos centrais resistem acomodar esse tipo de demandas (Ker-Lindsay, 2014). Ainda assim, Qvortrup (2014; 2018) sugere que se as condições o permitirem, no caso de presença de apoio internacional e acomodação do governo central, é provável que os referendos independentistas sejam bem-sucedidos, como no caso da Islândia em 1944 ou o Montenegro em 2006.

Ainda, a partir da sistematização do Quadro 1, é possível verificar que as respostas repressivas são uma característica mais comum nos regimes autoritários (Serge, 1979), mas também ocorrem em contextos democráticos (Donner, 1990). No entanto, a grande maioria das secessões bem-sucedidas são aquelas que receberam alguma forma de acomodação por parte dos governos centrais. Se os secessionistas *de facto* tivessem sido acomodados pelos seus governos centrais, muito provavelmente seriam hoje Estados amplamente reconhecidos internacionalmente. Assim, a obtenção de independência depende predominantemente do aval do Estado. Sem este, estamos perante um referendo secessionista unilateral e ilegal. Por essa razão, a resposta do governo central tem um efeito importante sobre uma tentativa secessionista (Wood, 1981).

1.2. Entre acomodação e repressão: as opções do governo central

A fim de utilizar a mesma terminologia em ambos os casos de estudo, a dissertação adota uma visão simplificada e dicotômica das políticas estatais em resposta à secessão. Como supramencionado, quando confrontado com um movimento secessionista, as opções do governo central são: reprimir ou acomodar. A acomodação funciona como uma ferramenta de resolução de conflitos e acontece quando o governo-central reconhece o direito à autodeterminação de um determinado grupo, procurando responder aos interesses do mesmo de forma pacífica (Wood, 1981; Moore, 2000). De acordo com Cunningham (2011) os governos centrais têm motivações diferentes quando acomodam os movimentos secessionistas. Esta pode ser utilizada estrategicamente através de concessões para isolar alguns grupos de outros dentro do movimento secessionista, sugerindo que estes utilizem as concessões não só como um instrumento para resolver disputas, mas também como parte do processo de negociação de modo a beneficiar certos grupos que partilhem dos seus interesses (ibid). Algumas concessões disponíveis para acomodar as disputas territoriais incluem a adoção de um sistema federalista, uma maior descentralização ou a concessão de autonomia (Muro & Woertz 2018). Geralmente, uma secessão negociada, através de um referendo ou de um outro acordo vinculativo, é dos métodos menos comuns no que concerne à acomodação dos secessionistas (Anderson, 2013).

A repressão acontece quando um governo central se sente ameaçado e como tal escolhe ignorar uma atividade dissidente ou então usa a violência, ou táticas nocivas para dissuadir ocorrências específicas consideradas um desafio para o *status quo* (Boudreau, 2005; Davenport, 2007). É geralmente manifestada através de um conjunto de medidas, tais como, o uso de força policial, o aprisionamento de líderes políticos, a confiscação de propriedade; a refutação de concessões ou a alteração de leis que afetam negativamente os grupos minoritários (Kittrie, 1995; Davenport, 2007;

Siroky, 2011). A brutalidade policial empreendida pelo governo de Madrid para impedir o plebiscito independentista de 2017 pode ser considerada como uma forma de repressão por um governo central. Lichbach (1987), sugere que a consistência das respostas do governo deve ser considerada e que tanto a acomodação como uma repressão consistente funcionam para reduzir a atividade insurgente, enquanto respostas inconsistentes geralmente aumentam essa atividade.

Não obstante, dum modo geral, ambos podem ser aplicados com a mesma finalidade – a subsistência da integridade territorial e a dissolução dos sentimentos separatistas ou secessionistas (Lustick et al., 2004; Siroky, 2011). Esta dinâmica remete-nos para a resposta estatal, por isso é necessário, compreender os fatores que procuram explicar esta variação para as demandas secessionistas.

1.3. Explicando a variação de respostas

De acordo com Coggins (2011), historicamente, apenas cerca de metade dos Estados emergentes de uma secessão foram acomodados pelo seu Estado anfitrião. Em vista disso, Hechter (1992: 277) afirmou que: “se existe uma constante na história, além da universalidade da morte e dos impostos, é a relutância dos Estados de se separarem do seu território.” Mas isto não é completamente verdade, uma vez que, vários países como o Reino Unido e o Canadá, por exemplo, permitirem a realização de um referendo independentista na Escócia e no Québec, respetivamente. E a secessão pacífica é uma possibilidade real como no referido caso do Montenegro ou no “divórcio de veludo”³. Coletivamente, estes casos ilustram que os Estados estão dispostos a acomodar a secessão em determinadas circunstâncias. À primeira vista, estes não têm qualquer incentivo para acomodar uma tentativa secessionista ou organizar um plebiscito sobre a secessão que possa provocar a fracturação territorial. Por isso, é pertinente questionar: porque é que alguns governos centrais acomodem as demandas secessionistas? E por que outros as reprimem?

Apesar da centralidade do Estado, uma boa parte da literatura retrata a secessão num espaço político sem o papel do mesmo (Siroky, 2011). Mas ainda assim, diferentes variáveis têm sido testadas para compreender essa problemática, por essa razão merecem ser destacadas. Por exemplo, a qualidade da democracia da metrópole foi analisada colocando a hipótese de que as democracias deveriam ser mais propensas a organizar referendos de independência (Pavković & Radan, 2007; Fazal & Griffiths, 2008). No entanto, Germann (2017) encontrou pouco apoio para esta hipótese, enquanto que Wilden (2018) sublinhou a relevância das anocracias e dos territórios *de facto* que lutam pela sua independência. Outra teoria comum na literatura aponta para o valor simbólico ou económico do território (Holsti, 1991; Diehl, 1999; Dietrich, 2014; Ker-Lindsay, 2014). De acordo com esta, os movimentos secessionistas que reivindicam um território valioso são, portanto, mais

³ Nome pelo qual ficou conhecido a secessão da Eslováquia. Embora ambas as partes – Chéquia e Eslováquia – concordavam com a dissolução da Checoslováquia, foi o Conselho Nacional da Eslováquia que procedeu à promulgação da legislação secessionista, a qual a Chéquia consentiu (Ulč, 1996).

propensos a serem negados pelos seus governos centrais. No entanto, isto sugere que os mesmos estarão mais dispostos a permitir a secessão nas regiões mais pobres. Embora seja plausível presumir que estes desejam preservar a sua plenitude económica, fazê-lo às custas da integridade territorial parece improvável, visto que alguns Estados já reprimiram a secessão de territórios de baixo valor, como o governo russo fez com a Chechénia, por exemplo (Ver Quadro 1). A importância das ameaças domésticas enfrentadas por um determinado Estado foram também consideradas através da adaptação da teoria da reputação (Toft, 2003; Walter, 2006, 2009). Esta sugere que os governos centrais devem construir uma reputação forte e reprimir quaisquer demandas secessionistas, visto que a acomodação poderá influenciar outros grupos a exigirem o mesmo. Isto pressupõe um efeito dominó, onde a probabilidade de rebelião de um determinado grupo é aumentada por rebeliões semelhantes (Horowitz, 1985; Gurr & Moore, 1997). No entanto, análises estatísticas foram malsucedidas na tentativa de replicar o efeito dominó advogado por esta teoria (Nilsson, 2010; Forsberg, 2013). Por fim, as pressões internacionais sobre os Estados e as agitações geopolíticas foram também incorporadas nessa questão (Sorens, 2004). Derivando desta perspetiva internacional, Butt (2017) argumenta que a estratégia das metrópoles é determinada pelas implicações de segurança externa do movimento secessionista. Enquanto Griffiths (2016) defende que uma série de fatores exteriores tais como a multipolaridade ou o desenvolvimento de armas nucleares, influenciem os Estados a avaliar os custos e os benefícios de manter um território, o que permite a acomodação com mais frequência. Mas, novamente, nenhum estudo quantitativo-comparativo corrobora estas conclusões (Wilden, 2018). Por essa razão, ainda que estas teorias façam sentido num nível teórico, até à data nenhuma destas hipóteses têm sido totalmente convincentes, uma vez, que os estudos mencionados não têm encontrado dados empíricos que as sustentem.

Isto explica porque é que alguns académicos optam por explicações mais pragmáticas e contextualizadas baseadas numa conjuntura política e salientando o papel das estratégias partidárias em lidarem com áreas territoriais distintas – uma dimensão amplamente ignorada pela literatura anterior. De facto, é necessária uma interação complexa de atores políticos para que haja desenvolvimentos num processo secessionista. Assim, procuramos enfatizar que os partidos políticos estão presentes em quase todos os aspetos de um movimento secessionista, tais como a mobilização ou legislação para a realização de consultas populares, por exemplo. Em particular, os partidos políticos estatais têm desempenhado um papel crucial na acomodação e repressão das demandas por autodeterminação de territórios como a Catalunha e a Escócia através da descentralização ou das negociações para um referendo independentista.

1.3.1. O papel dos atores políticos nas reformas territoriais

Baseando-se na literatura da política territorial esta dissertação procura salientar que o contexto político e esta dinâmica partidária são relevantes para as respostas das metrópoles às demandas secessionistas. A emergência dos movimentos secessionistas desencadeou uma natureza de

competição e organização partidária a vários níveis. Em vista disso, estudos sobre política territorial têm enfatizado os partidos políticos como veículos de reformas territoriais, incluindo a secessão (Hepburn, 2009; Muro, 2009; Toubeau, 2011; Toubeau & Massetti, 2013; Rico & Liñeira, 2014, Cetrà & Harvey, 2018). Tal como nos casos selecionados, a dimensão territorial está na base das funções representativas dos atores políticos. Como “sistemas de canalização” (Sartori 1976), os partidos regionalistas, articulam-se entre interesses territoriais diferenciados representados na sua organização (Toubeau & Massetti, 2013). Ao contrário dos partidos estatais, que afirmam operar, e representar os cidadãos, em todo o Estado apelando a uma visão de política comum e à integridade territorial, os primeiros demonstram um compromisso para com o empoderamento territorial e procuram representar e promover os interesses particulares de uma determinada região, onde os interesses podem ser económicos, políticos, sociais, culturais ou simbólicos (Hepburn, 2009). Por outras palavras, do mesmo modo que os movimentos secessionistas, a sua atividade principal é essencialmente a demanda de um autogoverno baseado em interesses e identidades territoriais e nacionais distintas (De Winter & Türsan 1998).

A esse respeito, impulsionados pela teoria de Strøm (1990) sobre objetivos partidários de maximização de votos (*vote-seeking*) e de procura de cargo públicos (*office-seeking*), alguns estudos analisaram o processo de descentralização política, considerando-o como o ato racional dos partidos políticos que procuram alcançar esses objetivos (O'Neill, 2003; Leon, 2006). Enquanto Meguid (2009) e Sorens (2009) enfatizam os objetivos dos partidos para a retenção de maiorias eleitorais.

Similarmente, Alonso (2012) enfatiza a competição entre os partidos estatais e regionais, o que empurra os primeiros para a acomodação das demandas por descentralização política dos segundos em algum momento. A autora defende que os partidos estatais utilizam estratégias mais repressivas ou mais acomodativas para as demandas dos movimentos secessionistas porque há sempre benefícios eleitorais a colher da manipulação do conflito centro-periferia em benefício de um ou outro partido estatal. No geral, esta análise sugere uma interligação entre as eleições gerais e regionais de um determinado Estado, uma vez que as reformas territoriais estão no centro da cena política onde os partidos políticos manipulam e se comportam estrategicamente para os seus próprios interesses (ibid).

Da mesma forma, Cetrà & Harvey (2018) lidam com outra forma de reforma territorial, em particular a secessão. A inovação do estudo desses autores consiste na iniciativa de retratar os interesses e as preferências da elite política por detrás das suas decisões, algo que as instituições e ideias por si só não explicam. A fim de explicar a variação da resposta dos governos centrais aos referendos de independência da Escócia e da Catalunha, Cetrà & Harvey (2018) argumentam que a lei constitucional, como fator institucional, e as concepções de Estado, como fator ideacional, têm sido utilizados na retórica dos partidos no poder como as razões pelas quais optaram pela repressão ou acomodação às demandas secessionistas. Mas, em última análise, os autores concluem que os governos centrais permitem maioritariamente a realização destes quando é percecionada uma oportunidade política capaz de satisfazer os seus interesses estratégicos e quando estão confiantes de

que os referendos não resultarão numa secessão. A sua análise sobre as diferenças entre estes dois casos, em pertinência com a política partidária, esclarece a compreensão dos papéis dos atores políticos incumbentes, particularmente do lado da oferta da secessão, o governo central.

Em suma, partindo desta lógica, os partidos políticos mudam a sua posição oportunisticamente, avançando e recuando repetidamente sobre a questão territorial (Meguid, 2008; Hepburn, 2009; Toubeau, 2011). Considerando os sistemas políticos bidimensionais em ambos os casos selecionados, tal como Alonso (2012), esta dissertação considera que os partidos políticos, enquanto maximizadores de votos, adotam posições tanto na dimensão ideológica como na territorial sempre que necessário, dado os incentivos criados pela performance e competição eleitoral e pelo sistema partidário. Portanto, os partidos de nível estatal têm dois movimentos principais ao longo da dimensão territorial; podem convergir para a posição em questão dos adversários secessionistas ou afastar-se dela e aproximar-se do lado centralista da dimensão (ibid). Isto pode ser encorajado por sondagens de opinião pública, as quais lhes fornecem um barómetro que lhes permite medir a sua base de apoio (Cetrà & Harvey, 2018).

2. METODOLOGIA

2.1. Fundamentos teóricos e objetivos

Atendendo a revisão da literatura, torna-se evidente que uma perspectiva através da política partidária é necessária para a compreensão das reformas territoriais, incluindo a secessão. Deste modo, pretende-se explorar a tese da oportunidade política percebida pelos partidos políticos enquanto fator determinante da resposta dos governos centrais às demandas secessionistas. Como tal, a presente dissertação baseia-se no trabalho de Cetrà & Harvey (2018), onde a sua conclusão é tomada como ponto de partida para explicar o comportamento do Reino Unido e de Espanha para as demandas dos movimentos secessionistas da Escócia e da Catalunha entre o período de 2018 a 2021. A análise dos autores, sobre a variação entre acomodação e repressão das respostas dos governos centrais aos referendos de independência catalão e escocês em pertinência com a política partidária, é convincente e proporcionou uma importante perspectiva para o presente estudo. Contudo, embora o seu principal argumento seja de que a percepção da oportunidade política é o factor explicativo fundamental para justificar as diferentes respostas estatais, a sua análise baseia-se predominantemente em afirmações especulativas. Esta carece de demonstração empírica e de explicações detalhadas sobre o cálculo estratégico dos partidos num contexto político em constante mudança, uma vez que os autores se concentraram principalmente na relação entre fatores institucionais, ideacionais e estratégicos, referidos na revisão de literatura. Além disso, o papel da política partidária na politização e contestação da questão da secessão também não foi suficientemente explicado.

Assim, dada a necessidade de uma abordagem mais detalhada, é colocada uma questão que permite abordar a problemática de uma forma mais ativa: *Em que medida é que a mudança de oportunidade política percebida conduz a uma mudança na resposta dos governos centrais às demandas secessionistas da Escócia e da Catalunha no período pós-referendo?* Ao fazer esta questão, a presente dissertação aborda uma lacuna na literatura e abandona a perspectiva mais frequentemente abordada no estudo da secessão - a dos movimentos secessionistas. Em vez disso, concentra-se nos governos centrais através de uma dinâmica partidária no contexto da política territorial. Neste sentido, a presente dissertação parte da hipótese de que os partidos políticos no poder se comportam estrategicamente sobre as questões territoriais para os seus próprios interesses e objetivos. E, através de uma análise empírica acerca da lógica de ação eleitoral sobre a secessão, argumenta que os partidos utilizam a questão da secessão de modo a manter o seu poder político e expandir a sua quota-parte eleitoral. Em suma, esta dissertação tem o objetivo de compreender e explicar a estratégia dos partidos no governo ao lidar com as demandas dos movimentos secessionistas mencionados.

De modo a cumprir esse objetivo, são priorizados fatores estratégicos no que diz respeito a considerações de oportunidade política por parte dos partidos políticos. Isto refere-se aos cálculos estratégicos dos partidos políticos a fim de maximizar a sua vantagem política. Desta forma,

fundamentando-se na literatura da política territorial (Meguid, 2008; Hepburn, 2009; Toubeau, 2011; Alonso, 2012; Toubeau & Massetti, 2013, Cetrà & Harvey, 2018) esta dissertação distinguiu três dimensões inter-relacionadas através das quais podemos avaliar os dois casos. Primeiro, partimos do ponto em que os partidos fazem cálculos estratégicos face aos *incentivos criados pelos sistemas partidários* bidimensionais em ambos os casos. Como atores estratégicos que visam mais de um tipo de eleitores para maximizar o seu potencial eleitoral, esta dissertação mostra que os partidos políticos adotarão posições tanto na dimensão ideológica como na territorial conforme o contexto. Segundo, enfatizamos que os *incentivos criados pelo desempenho e pela competição eleitoral* têm efeitos nas estratégias partidárias relativas às reformas territoriais. Para o propósito do trabalho, é priorizada a competição entre os partidos regionalistas e partidos estatais, e entre partidos estatais. Em terceiro lugar, é considerada a *opinião pública* sobre a questão territorial, o que cria *incentivos* tanto para os partidos regionalistas como para os partidos estatais. A incorporação e combinação destes fatores representa um avanço dos estudos somente teóricos e acrescenta uma dose de estratégia e dinamismo à compreensão do fenómeno da secessão. Ao fazer isto, esperamos contribuir detalhadamente para a compreensão da politização da secessão e da ação partidária sobre a mesma, tal como proporcionar uma explicação baseada num contexto empírico de modo proporcionar uma nova perspetiva que permita compreender melhor os motivos que explicam a repressão ou a acomodação das demandas secessionistas em contextos semelhantes.

2.2. Abordagem metodológica, seleção dos casos e periodização

É adotado uma abordagem contextualizada, explorando a relevância dos fatores supramencionados enquanto atuam nos contextos políticos do Reino Unido e de Espanha. Assim, esta toma a forma de um estudo de caso comparativo, descritivo e explicativo, a fim de abordar a sua questão de investigação e implementa estratégias desenvolvidas na literatura sobre estudos de caso qualitativos (Lijphart, 1971; Yin, 1994; Eckstein, 2000). Em comparação com outras estratégias de investigação, o método comparativo é o mais apropriado nesta situação, uma vez que traz benefícios no nível de profundidade da análise, bem como, permite dar conta das diferenças nos fatores adotados para explicar as dissemelhanças no resultado e discernir padrões maiores (Yin, 1994; Eckstein, 2000).

A estratégia de seleção de casos baseia-se na variante de Lijphart (1971) de uma comparação controlada. Confiando na lógica da experimentação, esta dissertação visa fornecer uma explicação para um efeito de causalidade. Deste modo, é adotado o método da diferença de Mill (1843), permitindo-nos comparar casos semelhantes que diferem no resultado. Assim, consideramos que os dois casos partilham uma série de semelhanças e procuramos explicar a resposta dos governos, examinando as que diferem. As semelhanças são amplas: os dois são monarquias parlamentares constitucionais e estados unitários descentralizados, ambos têm duas dimensões de competição eleitoral – a ideológica e a territorial, ambos são multinacionais, com reivindicações de independência

em pelo menos dois territórios distintos e em nenhum dos dois casos existe um direito constitucional à autodeterminação. As diferenças incluem: a concepção predominantemente plurinacional no Reino Unido em comparação com a concepção mononacional do estado em Espanha, um sistema bipartidário imperfeito no caso britânico e multipartidário no espanhol, os tipos de constituição – não codificada e flexível no primeiro e codificada e rígida no segundo – e a Espanha é um país-membro da União Europeia (UE) enquanto o Reino Unido deixou de o ser recentemente.

Considerando isso, como mencionado anteriormente, é analisado o período de 2018 a 2021, uma vez que estes casos continuam apropriados para revisar uma vez que o tema da secessão continua vigorosamente saliente e devido aos desenvolvimentos políticos significativos que ocorreram desde o estudo de Cetrà & Harvey (2018). Durante este período, é possível identificar várias conjunturas críticas que foram fundamentais para o rumo de ambas as crises secessionistas e para a alteração de oportunidade política percebida pelos partidos políticos incumbentes em ambos os governos centrais. De facto, a periodização simultânea durante a qual estes dois casos se desenvolvem, funciona como um controlo útil para a análise. No caso espanhol, no segundo semestre de 2018, dá-se a queda do governo de Mariano Rajoy (*Partido Popular*) resultante da primeira moção de censura aprovada na democracia espanhola. Isto posteriormente resultou em duas eleições gerais antecipadas no ano de 2019 que concluíram num governo de coligação de esquerda sem precedentes que se viu obrigado a negociar com os partidos independentistas. No Reino Unido, no segundo semestre de 2018, negociadores políticos britânicos e europeus chegaram a acordo pela primeira vez sobre um projeto de lei que subsequentemente resultaria na saída oficial do país da UE em 2020, ignorando a vontade dos escoceses - que haviam votado para permanecer na organização supranacional. No meio desta instabilidade, tal como no caso anterior, deu-se também no caso britânico, eleições gerais antecipadas em 2019, onde a vitória maioritária do *Conservative Party* possibilitou essa saída e a contínua refusa de acomodação de um segundo referendo escocês. Assim revela-se interessante e pertinente averiguar as razões que levaram à alteração de resposta dos dois casos, proporcionando uma oportunidade para explorar profundamente a forma como os partidos estatais de diferentes contextos políticos - e em constante mutação - respondem a processos semelhantes de uma possível desintegração do Estado.

Deste modo, o primeiro momento da análise dos casos constitui uma visão geral das crises secessionistas e a identificação de conjunturas críticas e pontos focais políticos que contribuíram para o contexto atual. Posteriormente, a fim de explicar a dinâmica partidária envolvente nas posições dos governos centrais para com os movimentos secessionistas, é prestada também alguma atenção aos momentos eleitorais anteriores de ambos os casos. Assim, o estudo compreende uma análise sistemática através dos fatores estratégicos supramencionados usando o método *explaining-outcome process tracing* (Beach & Pederson, 2013). Este método é utilizado em análises centradas em casos de estudo para elaborar uma explicação suficiente do resultado para um caso em particular. Como tal, uma vez que este permite tanto um raciocínio dedutivo como indutivo, considerado apropriado para

comparações sistemáticas de processos políticos complexos (ibid), é construída uma explicação plausível baseada em dados empíricos recolhidos a partir de uma multitude de fontes diferentes.

2.3. Recolha e análise de dados

Segundo Bennett et al. (2019: 4), “a investigação qualitativa está no seu melhor quando apresenta provas salientes na sua forma original”. Como tal, de forma a compreender o sistema e a competição partidária, esta análise utiliza dados de arquivo, incluindo os manifestos dos partidos políticos para as respetivas eleições gerais, relatórios oficiais dos órgãos de soberania de ambos os casos onde são apresentados os resultados desses momentos eleitorais, bem como artigos académicos existentes que observam a performance eleitoral dos partidos relevantes para a problemática.

A fim de observar a posição dos partidos políticos, esta análise recorre a dados do *Manifesto Research on Party Representation* (MARPOR)⁴. A unidade de análise desta fonte é a quase-frase⁵. Todas as quase-frases de um manifesto são codificadas numa categoria política de acordo com um esquema de classificação que abrange uma vasta gama de domínios políticos. Uma vez codificado todo o manifesto, o número de quase-frases que são dedicadas a cada uma das respetivas categorias é computado e expresso como uma percentagem do número total de quase-frases no manifesto. Reconhecemos que isto tem limitações como fonte de dados, até porque as posições dos partidos são também expressas em discursos e outros documentos oficiais. Além disso, o MARPOR não mede a posição dos partidos relativamente à independência *per se*. Para colmatar essa lacuna, focamo-nos na posição dos partidos sobre as questões territoriais mais próximas, são essas as menções favoráveis à descentralização (per301) e à centralização (per302). No caso britânico, dada a concepção do Estado mais plurinacional, é adicionado as menções favoráveis às ideias nacionais estabelecidas e ao nacionalismo (per601). Reconhecemos também que estas menções captam vários assuntos territoriais em ambos os países e não especificamente ao tema da secessão da Escócia e da Catalunha. No entanto, dada a saliência deste tema para cada caso durante a agenda política dos momentos eleitorais analisados, partimos do princípio de que essas menções se referem principalmente aos movimentos secessionistas estudados. Isto é suportado pelos artigos académicos referidos anteriormente.

Ainda, os dados dos inquéritos de opinião conduzidos pelo *Centre d'Estudis d'Opinió* (CEO), *Scottish Social Attitudes*, *What Scotland Thinks*, bem como outras sondagens conduzidas por vários meios de comunicação, foram utilizados para averiguar as atitudes públicas em relação às suas preferências territoriais e particularmente o apoio para a secessão. Por último, considerando o espaço temporal recente, artigos de imprensa foram também aproveitados como material complementar.

⁴ Anteriormente denominado de *Comparative Manifestos Project*.

⁵ Esta é a menor unidade de análise num processo de codificação de documentos. Um argumento ou frase, ou seja, a expressão verbal de uma ideia é frequentemente delimitada num texto por vírgulas, ponto e vírgula, ou dois pontos. As frases longas podem conter mais do que um argumento, o que requer a sua divisão em quase-frases (Budge et al., 2003).

3. ANÁLISE DO CASO DE ESTUDO: ESPANHA

3.1. Visão Geral

Em 2010 a repressão do Estatuto da Autonomia da Catalunha (2006) pelo governo central, liderado pelo Partido Popular (PP), levou a uma intensificação da mobilização do campo pró-independência, resultando na vitória dos partidos secessionistas (*Esquerra Republicana de Catalunya*, ERC; *Convergència i Unió*, CIU; e *Candidatura d'Unitat Popular*, CUP) nas eleições regionais de 2012. Mediante esta, em 2014 dá-se a realização de uma consulta não oficial para a independência com um resultado de 80,8% a favor da secessão (Elliot, 2018). Isto originou divisões internas no movimento secessionista, resultando em eleições antecipadas para setembro de 2015 (Martí & Cetrà, 2016). O *Junts pel Sí*⁶, acabou por ganhar essas eleições com 40% dos votos, segurando uma *Generalitat* (governo catalão) independentista, algo que tem sido norma desde 2012.

Em 2016, encorajados por uma sondagem onde 47,7% (Ver Figura 3) dos catalães favoreciam a independência, o parlamento catalão aprovou a *Llei del referèndum d'autodeterminació*, numa tentativa de dar cobertura jurídica à realização de um referendo independentista. Esta foi reprovada novamente pelo governo do PP, por ir contra a Constituição, recusando dialogar com os secessionistas (Elliot, 2018). Apesar disso, o referendo prosseguiu a 1 de outubro de 2017, resultando em violentos confrontos entre as autoridades do governo central e os independentistas. Dos votos válidos, 90% foram a favor e 7,8% contra a independência da Catalunha (Generalitat, 2017). Aquando os resultados, foi declarada, unilateralmente, a independência da Catalunha a 27 de outubro de 2017 (Ríos & Piñol, 2017). No mesmo dia, foi ativado o Art.º 155⁷ da Constituição, permitindo ao governo central assumir o controlo das instituições catalãs e a convocatória de novas eleições regionais para dezembro de 2017 (Payero-López, 2020). Inevitavelmente, essas eleições foram dominadas pela questão da independência e pela polarização entre secessionistas e constitucionalistas. Apesar dos anti-independentistas *Ciudadanos* (Cs) terem sido os mais votados, o bloco secessionista (*Junts per Catalunya*, JxCat; ERC e CUP), garantiu a maioria dos parlamentares para a formação de um governo de coligação liderados por Quim Torra (Generalitat, 2017b; Baquero, 2018).

A derrota dos constitucionalistas nas eleições regionais catalãs estava fadada a ter implicações nacionais, especialmente para o PP. Em junho de 2018, Pedro Sánchez, líder do *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE), assumiu o cargo de primeiro-ministro após uma moção de censura orquestrada contra o governo do PP devido a um escândalo de corrupção (El País, 2018). Depois do orçamento de estado de 2019 ter sido rejeitado, como resultado da posição do ERC e do JxCat contra o governo-central, Sánchez convocou eleições antecipadas para abril de 2019 (A19) (Santos, 2019). Apesar da vitória dos socialistas, a falta de acordo entre os partidos para a formação de governo,

⁶ Coligação entre o ERC e o *Convergència Democràtica de Catalunya* (CDC). O segundo foi um partido resultante da desintegração do CIU.

⁷ Garante que as entidades sub-estatais cumpram as obrigações constitucionais de modo a salvaguardar o interesse geral do Estado.

levaram a novas eleições para novembro do mesmo ano (N19). Esta gerou resultados excecionalmente polarizados na dimensão ideológica entre a direita e a esquerda. No entanto, o PSOE permaneceu o maior partido, embora significativamente aquém da maioria absoluta de 176 lugares. Apesar disso, logo após as eleições, Sánchez acordou coligar-se com os populistas de esquerda Unidas Podemos (UP). Mesmo assim, para formar um governo, esta coligação ainda precisava do apoio dos partidos regionalistas menores no Parlamento. Isto levou a um acordo com o partido secessionista mais moderado, o ERC. Em contraste com o governo do PP, o governo do PSOE/UP tem adotado uma posição mais acomodativa. Apesar disso, o *rapprochement* centro-periférico tem sido adiado devido ao impacto que a pandemia do COVID-19 teve no território espanhol em 2020 (Diez et al, 2020). Mesmo assim, algumas concessões têm sido realizadas, como as tentativas de perdão dos presos políticos catalães (Casqueiro et al., 2020) ou a *Ley Celaà*, que proponha eliminar o castelhano como língua veicular. Esta posição tem sido alvo de críticas pela oposição, que acusem o governo de refém dos independentistas (Del Riego, 2020).

Entretanto na Catalunha, em outubro de 2019, nove líderes independentistas foram condenados a uma pena de prisão. Na sequência disto, irromperam vários protestos pró-independência que aclamavam pela amnistia dos presos políticos (BBC News, 2019). Ainda, por se ter recusado a remover símbolos independentistas de prédios públicos, Torra foi removido da presidência da *Generalitat*, criando uma cisão no governo de coligação catalão. (Baquero, 2020; Ríos & Noger, 2020). Em vista disso, novas eleições regionais foram agendadas para fevereiro de 2021 para desbloquear este impasse político. Estas resultaram na vitória do *Partit dels Socialistes de Catalunya* (PSC), contudo o bloco secessionista garantiu a maioria dos votos, resultando num governo de coligação liderado pelo ERC; o partido independentista mais votado.

3.2. Explicando a posição do governo central

Neste contexto, o subcapítulo 3.2 procede à análise do comportamento dos partidos no governo espanhol e das estratégias que levaram os atores políticos a comportar-se das formas descritas. Para relembrar, esta dissertação parte da hipótese de que os partidos no poder se comportam estrategicamente sobre a questão da secessão para os seus próprios objetivos mediante a mudança de oportunidade política. Assim, através dos fatores mencionados no capítulo anterior, argumentamos que os partidos políticos utilizam a questão da secessão de modo a manter e obter o poder público (*office-seeking*) e maximizar a sua quota-parte de votos (*vote-seeking*) Ao fazê-lo, esperamos contribuir analiticamente para a compreensão da politização da secessão e da ação partidária sobre a mesma, de modo a compreender a resposta do governo espanhol para com os secessionistas catalães.

3.2.1. Incentivos estratégicos criados pelo sistema partidário

Antes de iniciar a análise, é de salientar que existem duas dimensões nos sistemas partidários de Espanha e da Catalunha, isso implica um aspeto crucial. As eleições giram em torno dessas duas dimensões, o que significa que os partidos precisam de determinar qual destas será a sua principal dimensão de competição eleitoral (Alonso, 2012). Embora ambas sejam salientes nos dois sistemas, a dimensão territorial, entre a secessão e a integridade territorial, frequentemente estrutura o sistema partidário na Catalunha e nas outras Comunidades Autónomas⁸, enquanto que a tradicional dimensão ideológica da esquerda-direita tem mais relevo no sistema partidário espanhol (Guinjoan & Rodon, 2016: 21-22). Todavia, as duas dimensões estão mutuamente dependentes por razões históricas. A oposição à ditadura franquista foi liderada tanto por partidos estatais de esquerda como por partidos regionalistas. Por isso, o nacionalismo espanhol e as políticas pró-centralização tendem a ser associadas à direita, enquanto o regionalismo, o nacionalismo periférico e, em geral, as políticas pró-descentralização com a esquerda (Dinas, 2012; Galais & Serrano 2019). Deste modo, o debate sobre a descentralização ou independência e questões sobre a identidade nacional determinam a posição dos eleitores e dos partidos não só a nível regional, mas também estatal, pelo que é necessário considerar os dois níveis. Como tal, os partidos condicionam o papel que cada uma das dimensões desempenham nas eleições. A ênfase de cada dimensão está sujeita ao contexto.

Como referido anteriormente, o contexto político catalão mudou drasticamente. Desde 2012, a preferência dos eleitores na dimensão territorial passou da posição intermédia para os extremos, tendo-se espalhado por ambos os lados da dimensão - ou pela integridade territorial ou pela secessão (Aragonès & Ponsatí, 2016: 76). Consequentemente, os desenvolvimentos de 2018-19, aumentaram a polarização percecionada pela opinião pública em ambas as dimensões e capitalizou novamente a saliência da questão da secessão, mudando a perceção de oportunidade política. Simultaneamente, os partidos têm adotado novas e diferentes estratégias principalmente sobre a dimensão territorial no meio da mudança das preferências dos eleitores, da crescente polarização e da paisagem política da Catalunha. Portanto, esta dissertação argumenta que os partidos mudaram oportunisticamente a sua posição sobre a dimensão territorial, uma vez que isso lhes trará mais votos. Isto assemelha-se ao que os estudos de política territorial têm observado, mas ao contrário destes, mostramos isto no contexto da politização e da competição sobre a questão da secessão. Assim, considerando o ciclo eleitoral de 2019, esta dissertação considera que houve uma mudança de posição dos partidos mediante a consequente alteração do sistema partidário espanhol. Este transitou de um sistema bipartidário imperfeito, dominado pelos tradicionais PSOE e PP, para a solidificação de um sistema multipartidário composto por cinco partidos estatais. Os partidos regionalistas catalães são também considerados.

⁸ Espanha é composta por 17 Comunidades Autónomas, cada uma com instituições regionais e estatutos constitucionais democráticos de autonomia. Destas, a Galícia, País Basco e a Catalunha são consideradas como “nacionalidades históricas” distintas (Keating, 2007).

No que concerne o sistema partidário catalão, estudos sugerem que os ramos regionais dos partidos estatais nacionalizam as eleições regionais como uma estratégia eleitoral para ganhar votos (Cabeza et al., 2016). Assim, espera-se que tais partidos estatais permaneçam bastante integrados, o que significa que a divergência regional sobre a política partidária para ganhar popularidade eleitoral a nível regional não é muito tolerada (Caramani, 2005). Por outras palavras, é realista considerar que as suas posições espelham as posições presentes no sistema partidário espanhol.

Um das formas de medir a saliência territorial e o posicionamento dos partidos políticos é através da análise dos manifestos eleitorais desses mesmos partidos, a Figura 1 faz exatamente isso através de dados retirados do MARPOR. Mediante a análise da Figura 1, como previsto, os partidos regionalistas catalães não fazem qualquer menção favorável à centralização e são os que atribuem mais saliência para as questões de descentralização, particularmente para o autogoverno e para a independência nestes casos. Contudo, considerando a posição do ERC e atendendo que o CDC se juntou a outros partidos independentistas menores para formar o JxCat é possível observar um decréscimo geral das menções favoráveis à descentralização dos partidos regionalistas no ciclo eleitoral de 2019 em comparação com as eleições de 2016. Isto faz sentido uma vez que em 2016 os partidos independentistas estavam a mobilizar-se para a realização do referendo unilateral em 2017. Esta figura também oferece um vislumbre da divisão presente no movimento secessionista. Apesar do ERC, CUP e JxCat partilharem da secessão como objetivo, o movimento não consegue atualmente chegar a acordo sobre os meios para a alcançar. Como é demonstrado, existe uma diferença notável entre os dois principais partidos independentistas. O ERC tem vindo a defender cada vez mais o diálogo e a acomodação, incluindo negociações com o governo central. Deste modo, os republicanos têm convergido para mais perto da atual posição do PSOE. Enquanto o JxCat vê as negociações como um objetivo inatingível e desnecessário, mantendo-se quase estático na sua posição (Anderson, 2021). Não existem dados suficientes para averiguar se houve uma mudança de posição do CUP, no entanto, este partilha da mesma visão unilateral que o JxCat (ibid).

No que toca aos partidos estatais situados à direita na dimensão ideológica, o Cs, PP e o Vox, como prenunciado, atribuem uma maior saliência a questões que favorecem o centralismo e o *status quo*. Ilustrada na Figura 1, a evolução progressiva do foco numa posição mais centralista dos partidos da direita tradicional, PP e Cs, pode justificar-se pelo surgimento dos extremistas do Vox na cena eleitoral como partido *kingmaker* nas eleições regionais de 2018 na Andaluzia. (Rodon, 2020). O PP e o Cs mudaram a sua posição de reivindicações moderadas para reivindicações mais extremas de centralização, para a união de toda uma Espanha, de modo a defender o seu eleitorado da concorrência com o Vox. Assim, estes 3 partidos competem entre si pelo voto à direita e com o PSOE pelo voto centralista.

Como partidos esquerdistas, as questões territoriais têm mais relevância para o UP e para o PSOE. Tal como os restantes partidos estatais, o UP não defende a secessão da Catalunha, porém é o único partido estatal a defender que os catalães têm o “direito de decidir” o seu futuro político

(Iglesias, 2017). Apesar disso, a figura confirma a afirmação de Pardo (2019) de que este apoio tem sido notoriamente reduzido ao longo dos anos. De génese federalista, naturalmente as questões territoriais têm mais relevância para o PSOE. Não obstante, como observável na Figura 1, em comparação com 2016, o partido tem vindo a convergir-se mais para a questão da independência na dimensão territorial. Dada a moção de censura, os socialistas decidiram adotar uma agenda que apostasse no diálogo com os catalães de forma a se diferenciarem dos partidos de direita e principalmente do antigo governo conservador e centralista do PP. Por outras palavras, esta posição pode ser justificada devido à oportunidade percebida pelo sistema partidário em mudança.

3.2.2. Incentivos estratégicos criados pela performance e competição eleitoral

Como verificado, a mudança do sistema partidário espanhol ajudou o PSOE a consolidar a ideia de que a alternativa aos mesmos seria a tripartida de direita, diferenciando-se da posição do seu tradicional rival, o PP. Isso eventualmente deu a Sanchez um instrumento mobilizador para trazer os seus potenciais eleitores às urnas (Rodon, 2020). Como tal, a revisão do sistema partidário por si só não nos traz um quadro completo da posição mais moderada do governo do PSOE/UP. É crucial ter em conta as oportunidades criadas pela competição e performance dos partidos no ciclo eleitoral de 2019. O Quadro 2 revela os resultados do ciclo eleitoral espanhol de 2019 comparando-o com os resultados eleitorais de 2016 dos partidos relevantes para a análise.

Começando pelas A19, com 16,69%, o Quadro 2 mostra uma perda histórica para o PP, o pior resultado desde a criação do partido (Carpio, 2019). Isto contradiz o que Cetrà & Harvey (2018) tinham previsto. Segundo os autores, devido à competição do seu ramo regional com o Cs pela questão constitucionalista, o PP não correria o risco de incorrer em perdas eleitorais ao adotar uma posição rígida sobre a independência da Catalunha (ibid: 16). Contudo, os autores não deram conta do surgimento da direita radical do Vox e da influência do mesmo na direita espanhola. Em comparação com 2016, a fragmentação à direita em 2019 era maior. Isto levou os três partidos mencionados a competir pelo mesmo espaço, o que fez com que o PP perdesse votos nos flancos de cada lado do espectro conservador (Rodon, 2020). Durante este período, o PP subestimou o Cs e decidiu convergir-se mais à direita no espectro ideológico por considerar que iria conservar a maioria dos seus eleitores moderados e que apenas o Vox representava uma competição séria. Contudo, fundado como um partido de nicho contra o secessionismo catalão, o Cs ganhou ímpeto nestas eleições. Com 15,86% dos votos, o partido catapultou-se do seu sucesso eleitoral nas eleições regionais da Catalunha em 2017 (Ver Quadro 3) fazendo do nacionalismo espanhol e a questão anti-independência componentes centrais da sua plataforma (ibid). O Vox, semelhantemente, ao defender a abolição da *Generalitat* e ao acusar o PP de ser demasiado fraco em lidar com a questão da independência catalã (Simón, 2020), conseguiu alcançar pela primeira vez representação parlamentar com 24 assentos e 10,26% do voto popular. Ao tirar partido do escândalo da corrupção e ao adotar uma posição mais forte contra o movimento secessionista, ambos os partidos da direita roubaram, com sucesso, uma

18

grande quantidade de votos ao PP. Não obstante, para as N19, o PP melhorou a sua performance eleitoral com 20,81% dos votos e mais 23 assentos comparados com as A19. O partido alterou a sua estratégia ao convergir-se mais para o centro na dimensão ideológica reclamando os eleitores da centro-direita ao Cs, que enfrentava uma crise identitária na altura, em parte por ter recusado uma possível formação de governo com o PSOE no pós A19 (Simón, 2021). Além disso, com o Vox a possuir a questão anti-independência, o Cs teve o seu pior desempenho eleitoral (6,80%) perdendo a maior parte do seu apelo entre uma parte importante do eleitorado. Os resultados das N19 revelam que a extrema direita foi a principal beneficiária por ter uma posição nitidamente austera contra a secessão, num contexto em que a saliência do tema foi maior do que na campanha eleitoral de 28A, devido às manifestações de outubro na Catalunha. Isto também beneficiou o Vox nas eleições catalães de 2021 (Ver Quadro 3).

No outro lado da dimensão ideológica, como mencionado anteriormente, a alta competição dentro do bloco de direita e a convergência do PSOE sobre a dimensão territorial, beneficiaram os socialistas como o principal partido à esquerda. Apesar de ter ficado aquém da maioria parlamentar, ao roubar parte do eleitorado ao UP, o partido venceu as A19 com 28,67% dos votos. Tendo o UP obtido 14,6% e perdido 29 lugares parlamentares em relação a 2016. Embora o PSOE tenha adotado uma posição contra os presos políticos catalães e reafirmado a sua posição contra outro possível referendo de independência catalã durante a campanha eleitoral, o partido atraiu os eleitores moderados na dimensão territorial ao apelar pelo diálogo com os secessionistas nas duas eleições. Contudo, a investidura de um governo no pós-A19, foi impossibilitada dada a alta polarização na dimensão ideológica e dado as divergências na dimensão territorial entre os socialistas e os populistas de esquerda, resultando nas N19 (Simón, 2021). Nestas últimas, o UP recebeu 12,86% dos votos, e, ao contrário do que Sanchez esperava, os socialistas obtiveram 28% ficando ainda à mercê de outros partidos para a formação de governo. Porém, a ascensão do Vox, mas também as limitadas alternativas parlamentares e o facto de o PSOE não ter melhorado os seus resultados, tornaram possível um rápido acordo governamental com o UP (ibid). Mesmo assim, para a investidura do governo, esta coligação ainda precisava do apoio dos partidos regionalistas menores no Parlamento.

Nas N19, os partidos regionalistas catalães alcançaram o seu mais alto nível de representação desde a restauração da democracia (23 lugares), em parte, uma vez mais, como reação à polarização territorial agravada pelo Vox durante a campanha eleitoral. Comparando com as A19, o JxCat melhorou a sua performance eleitoral com 2,19% dos votos e mais um assento parlamentar. O ERC, com 3,61% foi o partido regionalista mais votado, no entanto, em relação com as A19, perdeu votos para o CUP, que se estreou no Congresso espanhol com 2 lugares e 1,02% dos votos (Ver Quadro 2).

Deste modo, visto que os atores políticos tendem a tomar as ações mais adequadas para servir os seus próprios interesses e objetivos (Toubeau & Massetti, 2013), a explicação da posição mais acomodativa do atual governo central espanhol é reforçada pela oportunidade que a performance eleitoral do ERC proporcionou. A fim de maximizar a sua vantagem política e realizar a organização

da sua nova administração o PSOE convergiu-se mais para a questão da independência na dimensão territorial. Sánchez concordou em embarcar numa série de negociações com vista a desbloquear o conflito político sobre o futuro da Catalunha através da criação de uma mesa de diálogo bilateral, cujo resultado seria submetido a um voto consultivo dos cidadãos, e em troca os secessionistas concordaram em absterem-se na votação de tomada de posse do novo governo (El País, 2020). De facto, não é a primeira vez que este tipo de acordo acontece. Os partidos regionalistas da Catalunha e do País Basco têm desempenhando papéis cruciais na formação do governo central. Embora não façam parte de coligações formais, o sucesso eleitoral de partidos regionalistas como o *Partido Nacionalista Vasco*, a CIU ou o ERC, neste caso, proporcionaram aos mesmos uma margem de manobra significativa para extrair concessões em questões de autonomia e autogoverno em troca do apoio às legislaturas minoritárias do governo central. Aliás, este “*back scratching*” recíproco, como indicado por Field (2014), trouxe vários poderes políticos às respectivas Comunidades Autónomas ao mesmo tempo que garantiu a sobrevivência dos governos minoritários centrais, como aparenta ser o caso do atual ambiente político espanhol.

Ao estabelecer este mecanismo de cooperação com o ERC, o PSOE garantiu apoio suficiente à manutenção do poder e a aprovação de medidas importantes, como a confirmação do Orçamento de Estado (Tort, 2020) ao mesmo tempo atenuou as tensões resultantes da crise constitucional. A estratégia do PSOE foi de aproveitar esta oportunidade para também ferir o movimento secessionista. Uma vez que isto incrementou o desacordo entre os dois partidos secessionistas da *Generalitat*, retardando as intenções secessionistas. Isto parece suportar a teoria de Cunningham (2011), onde a autora afirma que a metrópole acomoda diferentes grupos do movimento secessionista com a intenção de o enfraquecer. Além disso, considerando que o ramo catalão dos socialistas, o PSC, tem perdido uma quantidade de votos significativa para os partidos independentistas desde as eleições regionais de 2012, o PSOE ao convergir, oportunisticamente, a sua posição para uma próxima do ERC apropriou-se de uma postura moderada na dimensão territorial a fim de maximizar os votos de ambos os lados do debate para as eleições regionais de 2021. Isto mostra que a competição eleitoral afetou a posição do partido do governo em relação aos secessionistas, que por sua vez confirma que o centro tem agido em conformidade com os seus interesses eleitorais. O Quadro 3 ilustra os resultados das eleições catalãs de 2021 comparando-os com os de 2017.

O Quadro 3 revela que o acordo mencionado fez com que ambos os partidos, ERC e PSC, se tornassem os líderes do seu respetivo bloco na dimensão territorial, substituindo as posições mais intransigentes do Cs e do JxCat. É também perceptível uma grande vitória para a esquerda, sublinhando como os partidos de direita em Espanha continuam a perder terreno nos territórios tradicionalmente pró-descentralização (Simón, 2021). No entanto, participando pela primeira vez nas eleições catalãs, os resultados revelam que o Vox continua a possuir a questão da anti-independência na direita. Com 7,69% dos votos, o partido ultrapassou o Cs e o PP. Sem surpresas, com 3,85%, o PP continuou a perder votos. Uma tendência desde o início da crise constitucional, que pode estar

associada à repressão do antigo governo central. O Cs foi, inquestionavelmente, o principal derrotado por não tomar uma posição concisa contra os secessionistas. Vencedor das eleições em 2017, o partido perdeu quase 20% do eleitorado para o anti-independetismo moderado do PSC e para a posição ultraconservadora do Vox.

Não obstante, ao concentrar-nos na dimensão territorial, embora o PSC tenha ganho as eleições com 23,04%, o bloco secessionista foi, pela primeira vez, o mais votado com 50,78% do eleitorado. Por essa razão - e dado o facto que os partidos independentistas acordarem em não entrar numa solução governativa com os socialistas durante a campanha eleitoral (Pagan, 2021) – a nova *Generalitat* continuou composta pelos mesmos partidos, mas desta vez liderada pelo ERC. Um governo socialista na Catalunha iria definitivamente debilitar o movimento secessionista. Mesmo assim, a liderança do ERC muda o debate catalão. Como mencionado os republicanos têm agido intermitentemente como aliados de Sánchez a nível estatal. E com os socialistas como líderes da oposição, deverá certamente facilitar o *rapprochement* e o diálogo, favorecendo o clima de confiança necessário para alcançar resultados tangíveis, uma vez que ambos se têm pronunciado a favor da via política para avançar na resolução do conflito. O resultado do ramo catalão do UP, o *Catalunya En Comú Podem* (CECP), que mantém os seus oito deputados (Ver Quadro 3), contribui para a estabilidade do executivo espanhol, bem como, para o compromisso de diálogo.

3.2.3. Incentivos estratégicos criados pela opinião pública

Os partidos que pretendem assumir e permanecer no poder devem naturalmente ser mais recetivos aos interesses e exigências do eleitorado. Ao mesmo tempo, “os partidos [...] dão continuidade e estrutura ao debate político, e atuam como ‘ecrãs perpétuos’ através dos quais os indivíduos seguem o processo político” (Liñeira & Cetrà, 2015: 259). O que significa que a posição dos partidos sobre a questão territorial reflete, mas pode também afetar as preferências constitucionais do público. Assim, este último ponto explora as atitudes dos catalães para a mudança constitucional, e ao fazê-lo, procura explicar de forma mais compreensiva as estratégias partidárias.

Como verificado na Figura 2, o apoio popular à independência da Catalunha aumentou em ritmo acelerado a partir de 2012, quando o movimento secessionista ganhou as suas primeiras eleições naquela região. Enquanto o apoio, quer para o *status quo*, quer para a federalização, reduziu desde então. Apesar disso, o apoio para a secessão tem diminuído desde o período de mobilização para a primeira consulta popular em 2014, ganhando uma maior proeminência durante os momentos eleitorais catalães subsequentes (2015-2017) e durante o período do segundo referendo até março de 2019. Não obstante, considerando a Figura 2, os partidos independentistas têm vindo a alterar as preferências dos eleitores e a mobilizar com êxito o eleitorado catalão, uma vez que o aumento do apoio à independência coincide com as suas vitórias eleitorais. Além disso, à medida que as atitudes pró-independência se consolidavam, os partidos regionalistas como o ERC e o CIU, passaram de reivindicações moderadas no início da crise, para a exigência explícita de independência,

beneficiando de uma disputa constante com Madrid. Contudo, desde 2019, coincidindo com o governo central do PSOE, esta opção tem diminuindo ainda mais, registando em janeiro de 2021 o seu valor mais baixo desde 2012. Tendo isso em conta, à medida que o apoio à independência diminui, o ERC tem adotado uma posição mais moderada. Mesmo assim, esta continua a ser a opção predileta de uma parte significativa dos catalães (33,5%). Todavia, a Figura 3 revela que quando questionados: “Mais precisamente, quer que a Catalunha se torne um Estado independente?”, a maioria dos inquiridos (47,7%) rejeita essa hipótese.

Não obstante, a Figura 3 ilustra valores muito constantes e sem grande variação ao longo do tempo, o que corrobora que os catalães se encontram profundamente divididos e polarizados em ambos os lados da dimensão territorial (Aragonès & Ponsatí, 2016). Semelhante à Figura 2, o “Sim” aparece à frente maioritariamente durante o período em que a crise constitucional estava mais saliente devido ao segundo referendo independentista, à repressão política empreendida depois da aprovação do Art.º 155 e o início do julgamento dos presos políticos. Da mesma forma, o “Não” tem assumido a liderança desde março de 2019. Isto pode ser entendido como uma consequência dos compromissos para o diálogo e da abordagem mais acomodativa do governo central do PSOE/UP.

De facto, de acordo com Balcells et al (2020) as ações centralistas e repressivas do governo do PP aprofundaram tanto as atitudes pró-independência como a antipatia para com a metrópole na Catalunha, que, como observado, influenciou a posição mais extrema dos partidos regionalistas. Além disso, esta posição repressiva também teve impacto na opinião pública espanhola. De acordo com uma sondagem para o *El Español* (2018) durante o governo do PP, verificou-se uma rejeição crescente das ações do governo central para com a Catalunha entre os espanhóis, que foram descritas e entendidas como um fracasso. De facto, mesmo no início de 2017, grande parte dos espanhóis (41%) apoiavam um diálogo com os secessionistas, revelando que uma parte significativa dos espanhóis contrariavam a estratégia empreendida pelo PP. Mais surpreendente, este número aumentou mesmo no meio da turbulência política que se seguiu após o referendo unilateral na Catalunha. O Quadro 4, revela a evolução das atitudes espanholas em relação a uma política de diálogo centro-periférica.

Deste modo, atendendo o aumento do apoio à independência causado pelo governo do PP e mediante a mudança das preferências da opinião pública espanhola, o PSOE foi infligido a adotar uma abordagem diferente e mais acomodativa do que a do governo anterior. Essa mudança de posição na dimensão territorial resultou numa maior confiança no governo de Sánchez (41,3%) do que no de Rajoy (16,5%) para encontrar uma solução para a questão catalã (Sánchez, 2017).

Assim, o atual governo central tem agido em conformidade com a maioria espanhola (68%) (*Centre d’Estudis d’Opinio* CEO, 2019) que apoia a acomodação, ao mesmo tempo que diminuiu o apoio público à independência. Uma posição mais severa para a Catalunha, do que a do governo do PP, só agravaria a perceção dos catalães de uma maior injustiça e sub-representatividade. Uma aposta excessiva na repressão iria seguramente gerar mais indignação e possibilitar novamente uma maior

mobilização do movimento secessionista para o aumento do apoio à independência, o que não é o caso atualmente (Ver Figura 3).

No entanto, a cedência excessiva às demandas secessionistas também criaria certamente uma reação negativa no resto do país. Uma vez que, apesar do apoio ao diálogo, 70,4% dos espanhóis são, naturalmente, contra a secessão catalã (CEO, 2019). Em vista disso, o governo central arrisca-se a perder uma grande parte do eleitorado caso atribua demasiadas concessões à Catalunha. Isto já levou a acusações de favorecimento aos secessionistas por parte da oposição (Del Riego, 2020) com a qual o PSOE compete pelo argumento unionista. Por sua vez, isto ajuda a explicar porque é que o diálogo com a Catalunha se encontra, hodiernamente, estático.

Deste modo, embora a acomodação ou uma reforma territorial sejam mais plausíveis com a atual administração espanhola, os partidos incumbentes são limitados pela competição partidária a nível estatal, com a opinião pública a oferecer mais um constrangimento. No entanto, é evidente que o diálogo e uma abordagem acomodativa é a melhor estratégia para resolver a crise constitucional. Como explicado anteriormente, aquando das negociações para a formação do governo catalão, os resultados das mais recentes eleições regionais irão possivelmente retomar e facilitar o diálogo. Mesmo assim, um acordo sobre um novo referendo parece improvável neste momento dadas as razões apresentadas ao longo deste capítulo.

4. ANÁLISE DO CASO DE ESTUDO: REINO UNIDO

4.1. Visão Geral

Com uma vitória majoritária nas eleições regionais de 2011, o *Scottish National Party* (SNP), a principal força secessionista escocesa, anunciou a intenção de realizar um referendo independentista em 2014 (Ascherson, 2012). Ao contrário da Catalunha, uma base legal negociada para o referendo foi prontamente acomodada por Londres. Depois da aprovação do *Edinburgh Agreement* (2012), que estabeleceu os mecanismos legais para a realização do referendo via transferência de competência em questões constitucionais (Mullen, 2016), a 18 de setembro de 2014, 55,3% dos escoceses responderam “Não” à questão “*Should Scotland be an independent country?*” (Keating, 2015). Dado o resultado positivo para a união, o governo central anunciou mais poderes para a Escócia, incluindo uma mudança estrutural da constituição, o maior controle sobre as suas próprias eleições e um aumento de benefícios fiscais (McEwen, 2016). Contudo, isto pouco fez para amortecer a questão da autodeterminação escocesa. Com o SNP a obter 56 parlamentares em *Westminster* nas eleições gerais de 2015, o movimento secessionista garantiu o seu apoio popular. Além disso, apesar do *Conservative and Unionist Party* (CP) ter sido o segundo partido mais votado, o SNP ganhou novamente as eleições regionais de 2016, que complementadas com os 6 lugares adquiridos pelo *Scottish Green Party* (SGP), seguiu uma maioria parlamentar pró-independência (Elliot, 2018).

Realizado a 23 de junho de 2016, o resultado do referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE (*Brexit*) voltou a fomentar o debate sobre a secessão da Escócia, uma vez que o voto escocês, de 62% a favor da permanência, foi superado pelo resultado geral do Reino Unido, no qual 51,9% do eleitorado optou por sair (Ver Quadro 5). Essa “mudança material significativa” (SNP, 2016: 23) levou a uma crise constitucional, resultando em eleições gerais antecipadas para 2017 e na solicitação escocesa para a autorização de um segundo referendo durante o período de 2018-19, o qual a então primeira-ministra britânica Theresa May, recusou (BBC News, 2017; Stewart *et. al*, 2017). Nestas eleições, o SNP permaneceu a maior força política escocesa, no entanto, perdeu 21 parlamentares, incluindo 12 para o CP. Mesmo assim, as eleições que se destinavam a reforçar a mão do governo conservador nas negociações para o *Brexit*, resultaram, em vez disso, num governo minoritário do CP e num parlamento suspenso (Hobolt, 2018).

Não obstante, em junho de 2018, as negociações entre a UE e o Reino Unido resultaram, pela primeira vez num projeto de lei (*Withdrawal Agreement Bill*) que previa a revogação da lei de adesão britânica às comunidades europeias, os termos de retirada da UE e a ativação do Art.º 50 do Tratado de Lisboa⁹. As negociações foram concluídas em novembro de 2018, dando início ao confronto político entre o governo e o parlamento. Esta versão do projeto de lei foi rejeitada pela Câmara dos Comuns em três ocasiões. Os partidos da oposição, como o SNP ou os *Liberal Democrats* (LD)

⁹ Prevê o processo jurídico e político através do qual um Estado-membro deixa de pertencer à UE.

opuseram-se ao *Brexit*, ou pelo menos à forma de *Brexit* oferecida pelo governo. O primeiro, por sua vez, apresentou várias propostas para a realização de um segundo referendo do *Brexit*, assim como a suspensão do Art.º 50 (Anderson & Keil, 2020). O *Labour Party* (LP) e o próprio CP estavam divididos sobre como proceder (Prosser, 2020). Este impasse político resultou na resignação de May para o atual primeiro-ministro, Boris Johnson, que mesmo apesar da sua abordagem mais confrontativa de deixar a UE com ou sem um acordo, obrigou-se também a convocar eleições antecipadas para 2019, dado o contínuo dissentimento parlamentar (Cutts et al., 2020).

Nestas eleições, o SNP ganhou 48 assentos, cimentando a sua posição como o maior partido da Escócia e o terceiro maior partido no parlamento britânico. O CP garantiu uma maioria absoluta com 365 parlamentares (ibid). Mediante este resultado, Sturgeon continuou a pressionar o governo central para a realização de outro referendo independentista, o qual lhe foi negado repetidamente, revelando uma posição mais intransigente do governo central. Todavia, a maioria absoluta adquirida pelo CP proporcionou o fim do debate sobre o *Brexit* com a aprovação parlamentar da revista *Withdrawal Agreement Bill* e a subsequente saída oficial do Reino Unido da UE a 31 de janeiro de 2020 (Stewart, 2020). Desde então a administração de Johnson continua a adotar uma abordagem mais unionista e adversária à realidade escocesa. Como resultado, o governo escocês tornou-se mais vociferante a apregoar pela independência, afirmando que esta é a única forma de manter a sua soberania parlamentar e a sua conexão com a UE (The Guardian, 2020). Consequentemente, a saída oficial do Reino Unido da UE e a forma como o governo escocês tem lidado com a pandemia do COVID-19 têm influenciado a opinião pública a favor da secessão (Brooks, 2020). Isto, posteriormente, traduziu-se na quarta vitória consecutiva do SNP nas eleições escocesas de 2021, o que os independentistas enquadraram como um termo renovado para um segundo referendo independentista. Por outras palavras, a questão secessionista continuará fortemente saliente no contexto político britânico e a ameaçar a integridade territorial do Reino, pois este resultado rapidamente levou Nicola Sturgeon a prometer a elaboração de legislação para um novo referendo (Brooks, 2021).

4.2. Explicando a posição do governo central

Neste contexto, tal como no capítulo anterior, através de uma análise dos cálculos estratégicos dos partidos incumbentes sobre os incentivos de oportunidade política criada pelo sistema partidário, pela competição eleitoral e pela opinião pública, o presente subcapítulo procede à análise do comportamento dos partidos políticos britânicos a fim de compreender porque a posição do governo central passou de uma posição acomodativa para uma de rejeição da secessão escocesa e como isso tem beneficiado o partido incumbente.

4.2.1. Incentivos estratégicos criados pelo sistema partidário

Tal como no caso anterior, os sistemas partidários do Reino Unido e na Escócia são bidimensionais, mas não são tão complexos como este, devido a um número menor de partidos relevantes para a

análise. Com uma maior saliência da dimensão territorial no sistema partidário escocês, o contexto político estatal tem sido caracterizado pelo impacto de um sistema bipartidário imperfeito, com o CP e o LP a dominarem blocos opostos na dimensão ideológica (Detterbeck & Hepburn, 2010). Apesar dos partidos estatais partilharem todos da mesma posição na dimensão territorial, historicamente, verificaram-se diferenças significativas nas atitudes dos mesmos em relação à descentralização e à posição constitucional da Escócia. Onde os partidos de esquerda (LP e LD) foram mais propensos a esta, enquanto o CP, o principal partido da direita, se opôs inicialmente, em parte devido à sua competição eleitoral com o LP (Simpkins, 2019).

Vale a pena mencionar que, ao contrário de Espanha, não houve tentativas de impor um acordo partidário de regionalização uniforme em todo o Reino Unido, mas sim um acordo assimétrico que refletisse as exigências de cada parte constituinte do Reino¹⁰ (Keating 2001). O que significa que os partidos no sistema partidário escocês gozam de um nível significativo de autonomia em relação ao sistema estatal. Não obstante, há pouca divergência na posição dos partidos sobre a questão constitucional escocesa (Simpkins, 2019).

Todavia, a fim de analisar adequadamente a problemática desta dissertação no contexto político britânico é necessário distinguir certos aspetos no que diz respeito às relações centro-periféricas. Mais uma vez, ao contrário das Comunidades Autónomas espanholas, as condições de nação das partes constituintes britânicas nunca estiveram em causa (Bogdanor, 1999). Aliás, a visão maioritária da elite política do Reino Unido difere fortemente da dos seus homólogos espanhóis. Como Keating (1998: 202) coloca:

“In Britain, [...] symbolic recognition is given freely to the minority nations. Their cultural institutions are given the title of ‘national’, official usage accords them the status of nations, and they even have their own teams in some international sports competitions. Their flags are flown on all manner of occasions, without any serious conflict.”

Considerando esta noção, o argumento centralista, ou melhor neste caso, “unionista”, centra-se na ideia do Reino Unido como uma “União de Nações”, com as múltiplas identidades nacionais a não constituírem um elemento problemático para o governo central britânico, o qual se compraz de as incorporar e acomodar a fim de preservar a União (Cetrà & Harvey, 2018). Como tal, a descentralização é uma questão política consistente e duradoura no Reino Unido, com os partidos estatais a serem muito mais propensos às pretensões das nações descentralizadas, uma vez que ao ignorá-las, ou ao não responderem de forma adequada, poderá resultar numa perda de apoio ou em importantes perdas eleitorais, não só nas respetivas eleições regionais, mas também nas eleições gerais (Chaney, 2013). Assim, o tipo de nacionalismo e centralismo maioritário que tem sustentado a

¹⁰ O Reino Unido é composto por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales (que constituem coletivamente a Grã-Bretanha) e a Irlanda do Norte. Os três últimos adquiriram autonomia através de um processo formalmente referido como desconcentração política (em inglês: *political devolution*).

recusa de grande parte dos partidos políticos espanhóis em acomodar as reivindicações catalãs para a autodeterminação, está amplamente ausente neste contexto. Por outras palavras, em vez de se focarem na centralização para promover a integridade territorial ou o *status quo*, os partidos estatais britânicos procuram enaltecer a União num ambiente descentralizado. Considerando os desenvolvimentos de 2018-20, durante as negociações do *Brexit*, isto tornou-se mais evidente, uma vez que os partidos têm vindo a mudar a sua posição na dimensão territorial a fim de aumentar a sua quota-parte do eleitorado.

Assim, ao focar-se no sistema partidário britânico, a Figura 4 ilustra a posição dos principais partidos estatais, assim como a posição do SNP, o único partido regionalista escocês a participar nas eleições gerais. Relativamente ao segundo gráfico, como esperado a Figura 4 revela que as menções à centralização pelos partidos analisados são praticamente nulas. Ainda assim, este gráfico oferece um vislumbre do CP como o partido mais intransigente à tomada de decisões políticas a níveis políticos regionais. Prosseguindo para o primeiro gráfico, em 2015, na sequência do referendo, a forte posição para a secessão resultou na vitória esmagadora do SNP nas eleições gerais daquele ano, ganhando 56 dos 59 lugares reservados para a Escócia. Isto tornou-os na terceira força eleitoral do sistema partidário britânico e consolidou a sua posição como o principal defensor dos interesses dos escoceses entre aqueles que apoiam a independência, expandindo também o seu apoio para além dessa base. Deste modo, isto significa que o SNP possui exclusivamente a questão da independência¹¹, enquanto o CP, LP e LD competem pela apropriação da questão pela integridade territorial. Todavia, mesmo apesar de continuarem a aclamar por um segundo referendo, os independentistas escolheram diminuir a saliência da dimensão territorial uma vez que dadas as sondagens, durante aquele período os eleitores, incluindo muitos potenciais eleitores do SNP, não estavam interessados num referendo no futuro imediato (Ver Figura 7). De facto, segundo a Figura 4, o mesmo se verifica para os outros partidos também. Isto faz sentido, dada a enorme saliência do tema do *Brexit* e visto que as promessas de uma maior desconcentração política pouco atrairão os eleitores escoceses, visto que estes já obtiveram legislação relevante para tal (*Scotland Act*. 2016).

No que toca aos partidos estatais situados à esquerda na dimensão ideológica, o LD e LP atribuem uma maior saliência a questões que favorecem a descentralização. Como um partido federalista, o LD, é o partido que mais se aproxima da posição do SNP. Isto significa que a competição à esquerda é mais elevada enquanto o CP é o único partido relevante à direita na dimensão ideológica. No entanto, dado o sistema eleitoral de maioria simples¹² do contexto político britânico destinado a perpetuar a continuidade de um sistema bipartidário, a principal competição

¹¹ Apesar do SGP ter representação parlamentar a nível regional, o partido é demasiado pequeno para disputar e reivindicar a apropriação da causa secessionista (Liñeira & Cetrá. 2015).

¹² Em inglês: *First-past-the-post system*. Na Escócia, para as eleições regionais, é utilizado o sistema de representação proporcional mista (Em inglês: *Additional member system*). Neste, cada eleitor dispõe de dois votos: um voto para um candidato que se apresenta na sua região eleitoral (voto distrital), e um voto para uma lista de partidos que se apresenta numa região mais vasta composta por múltiplos círculos eleitorais (voto proporcional).

acontece entre os trabalhistas e os conservadores. Mesmo assim, considerando a consolidação do SNP a nível estatal, enquanto os dois principais partidos britânicos precisavam de encontrar respostas programáticas às demandas de independência do movimento secessionista, o LP enfrentou uma maior dificuldade em apresentar um compromisso satisfatório e adotar uma posição que os definisse da posição de independência do SNP e a de um *status quo* rígido do CP (Simpkins, 2019). Como se verificará no próximo capítulo, esta dificuldade de posicionamento foi acentuada durante o período de 2019. Isto ofereceu uma oportunidade para o CP se divergir ainda mais do seu principal adversário, deixando o partido isolado na posse do argumento unionista, como ilustra o 3º gráfico da Figura 4. De facto, a posição do governo central do CP passou da noção de que acomodar um referendo de independência era “a coisa certa a fazer” (CP, 2015) para agora considerar que essa mesma possibilidade é “uma receita para o desastre” (CP, 2019). Esta concepção mais rígida tem sido exacerbada desde a votação do *Brexit* e a posterior saída oficial da UE.

4.2.2. Incentivos estratégicos criados pela performance e competição eleitoral

O *Brexit* remodelou fundamentalmente o contexto político no Reino Unido. O resultado distinto na Escócia, comparado com o resto do país, sublinhou as culturas políticas distintas que continuam a evoluir em cada uma destas nações, assim como o desenvolvimento de visões políticas e constitucionais muito diferentes e, por vezes, opostas (Anderson & Keil, 2020). O Quadro 5 expõe o resultado geral do *Brexit*, discriminando também os resultados nas nações constituintes do Reino. O favorecimento de 62% dos escoceses para o *Remain*, veio incrementar uma divisão entre o contexto político escocês e o contexto do resto do país. Num sistema partidário já bastante autónomo, parece que o eleitorado escocês tem deixado de reagir à política de *Westminster* de uma forma semelhante à do resto do país (Simpkins, 2019). Isto significa que os partidos estatais têm de se submeter a uma estratégia diferente na Escócia que reflita a vontade daquele eleitorado. Dada esta reflexão, ao contrário do caso anterior, é necessário focar na performance e competição dos partidos durante as eleições gerais de 2019 tanto a nível nacional como a nível regional. Como tal, o Quadro 6 ilustra os resultados das eleições gerais de 2019 comparando-o com os resultados de 2017. Enquanto a Figura 5 ilustra a percentagem de votos obtidos na Escócia de uma forma longitudinal desde 2010, de modo a obter uma melhor perspetiva da estratégia partidária.

Num nível estatal, as eleições de 2019 foram dominadas em grande parte por um único foco político: *Brexit*. Isto redefiniu a natureza da competição eleitoral, levando os eleitores aos dois principais partidos - em parte também devido ao já referido sistema eleitoral - e estruturando a escolha do voto entre estes (Prosser, 2020). Não obstante, começando pelo LD, ao adotar uma posição clara a favor da permanência do Reino Unido na UE, o partido arrecadou 11,55% dos votos, roubando alguns dos eleitores pró-*Remain* que se desviaram do LP devido à sua posição ambígua sobre esta questão (ibid). Entre a base tradicional do LP e em muitos lugares com deputados trabalhistas havia um forte apoio à retirada do Reino Unido da UE. No entanto, a maioria dos eleitores que tinham

efetivamente votado no LP nas recentes eleições apoiavam a permanência. Em resposta a este dilema, os trabalhistas mantiveram uma posição ambígua - criticando o acordo de retirada do governo do CP, mas fazendo o seu melhor para evitar pronunciar-se sobre se o Reino Unido deveria realmente permanecer na UE (ibid). Como disse o ex-primeiro-ministro e ex-líder trabalhista, Tony Blair (2019): “[o partido] seguiu um caminho de indecisão quase cómico, alienou ambos os lados do debate [*Leavers* e *Remainers*], deixando os eleitores sem orientação ou liderança [...]”. Consequentemente, como mostra o Quadro 6, o LP ficou atrás do CP, o seu principal adversário a nível estatal, em mais de 10% da quota-parte dos votos e caiu para o seu menor número de deputados (202) desde 1935. Por sua vez, isto constituiu uma oportunidade para os conservadores. Ao apoiar-se fortemente e quase exclusivamente na promessa do “*Get Brexit done*”, o CP cimentou a sua posição como o único proprietário da questão do *Brexit*. Como resultado, o partido superou as lealdades partidárias tradicionais e atraiu o eleitorado pró-*Leave* das circunscrições eleitorais tradicionalmente trabalhistas (Henderson et al., 2020). Como tal, o partido obteve 43,36% dos votos e esta estratégia acabou por produzir um governo maioritário que acabaria por cumprir a sua promessa de campanha. Contudo, dado o resultado distinto do referendo do *Brexit* na Escócia, era evidente que uma estratégia de campanha semelhante nunca iria funcionar para aquele eleitorado. Então, os conservadores escoceses decidiram concentrar-se principalmente na questão da secessão, sem contrariar a posição do ramo nacional.

Ao contrário do nível estatal, as eleições gerais na Escócia foram confrontadas com um duplo foco em assuntos constitucionais: a questão europeia e a escocesa. Ambas têm dominado o contexto político da Escócia, incrementando uma divisão com o sistema político de *Westminster* e criando uma polarização notável. Estas tornaram-se opções binárias simples: a favor ou contra a secessão e a favor ou contra a filiação na UE (Mitchell & Henderson, 2020). Como verificado na Figura 5, isto tem funcionado em benefício do SNP e do CP, visto que cada partido tem uma posição claramente definida sobre estas questões, ao contrário do LP e o LD que, apanhados no meio desta polarização, falharam em avançar com as suas agendas políticas e posições constitucionais mais heterogéneas.

Apesar disso, ao ser pró-*Remain* e pró-união, o LD conseguiu atrair os eleitores escoceses que se identificavam com essas duas categorias, valendo-lhes a sua melhor prestação desde 2015 com 9,5% dos votos (Harvey, 2020). Contudo, em geral, o partido falhou em convencer os eleitores de que eram credíveis como o principal partido europeu na Escócia, em comparação com o SNP. Com uma performance atribulada na arena nacional, o LP também penou na Escócia, tendo obtido apenas 19% dos votos. Cientes do facto de que a nível regional, muitos dos eleitores de esquerda se tinham deslocado para o SNP e lutando para encontrar uma posição sobre a questão da independência que os diferenciasses do CP, o LP decidiu priorizar a dimensão ideológica ao convergir-se mais para esquerda, ignorando a saliência dos assuntos territoriais. Isto fez com que os líderes trabalhistas do ramo regional e nacional, desentendessem-se durante a campanha sobre a sua posição num segundo

referendo independentista (ibid). O que serviu apenas para confundir o eleitorado que entregou o acérrimo voto unionista ao CP e o voto independentista e esquerdista ao SNP.

Como mencionado anteriormente, sendo o único partido proprietário da questão da independência, o SNP minimizou esta questão ao tomar por garantido este eleitorado e decidiu mudar a sua estratégia, concentrando-se fortemente como o principal partido pró-UE (Mitchell & Henderson, 2020). Como mostra a Figura 5, em comparação com 2017, esta estratégia funcionou para os secessionistas, uma vez que o partido obteve 45% dos votos na Escócia, o que se traduziu em 3,88% nas eleições como um todo (Ver Quadro 6). Logo após as eleições, o SNP continuou a exigir veemente um segundo referendo, o qual o governo central do CP continuou a recusar. De facto, a Figura 5, mostra que esta forte posição pró-unitária tem trazido vantagens para o CP. A eleição de 2017 marcou o ressurgimento do CP na Escócia. Naquelas eleições o principal impulso da campanha dos conservadores na Escócia foi de manter viva a questão constitucionalista escocesa, apresentando o partido como a oposição mais eficaz ao SNP e à secessão. Em resultado, o partido obteve 13 parlamentares escoceses que garantiram a sobrevivência do governo minoritário de Theresa May (HCL, 2017). Isto provou que a estratégia funcionou e que deveria ser prosseguida. Como tal, ao diferir-se ainda mais da posição do SNP (Ver Figura 4), o CP conseguiu arrecadar 25,1% do voto escocês, passando da quarta força eleitoral em 2010, ultrapassando o LP no processo e consolidando-se como o principal partido da oposição.

No passado, o CP tinha sido prejudicado eleitoralmente como o partido unionista por excelência na Escócia (Mitchell, 1990). Mas presentemente, dadas as referidas alterações críticas no contexto político, o apoio pró-independência e pró-união coalesceu em torno do SNP e do CP. Como tal, ao concentrar-se mais exclusivamente no unionismo na dimensão territorial como a sua “dimensão primária da competição” (Alonso, 2012), os conservadores voltaram, de facto, a cimentar a sua posição de segundo principal partido na Escócia nas eleições regionais de 2021.

O Quadro 7 ilustra os resultados das eleições de 2021 comparando-os com os de 2016. Com a questão do *Brexit* resolvida, estas centraram-se principalmente na polarização presente na questão constitucional escocesa e na competição entre os dois partidos. Com Boris Johnson a declarar que não iria conceder um segundo referendo ao governo escocês mesmo que Sturgeon obtivesse uma maioria absoluta (Carrel, 2021), o CP insistiu numa forte campanha anti-independência na Escócia que resultou na obtenção da maior percentagem de eleitorado no bloco unionista, tanto do voto regionalista (21,9%), como do voto proporcional (23,5%). Isto traduziu-se na manutenção de 31 lugares, evitando uma maioria parlamentar do SNP e distanciando-se ainda mais dos outros partidos deste bloco, sobretudo do seu principal adversário a nível estatal, o LP. O último, voltou a minimizar a importância da questão secessionista e falhou em adotar uma posição distintiva. Esta falta de clareza acabou por dar novamente uma oportunidade ao CP, que acusou os trabalhistas de serem demasiado “brandos” para com os independentistas (Hayes, 2021). Isto acabou por custar ao LP grande parte do eleitorado, resultando em apenas 22 assentos, o seu pior resultado eleitoral desde sempre (Hayes, 30

2021b). Não obstante, o bloco unionista obteve 50,4% do voto distrital, enquanto os três principais independentistas¹³ conseguiram 50,1% do voto proporcional. Isto revela que o público escocês se encontra, pelo menos até ao momento de escrita, uniformemente dividido sobre a questão constitucional (aprofundado no 4.2.3.). Apesar disso, como esperado, o SNP venceu confortavelmente essas eleições pela quarta vez consecutiva, obtendo o maior número de votos regionalistas (47,7%) de sempre por qualquer partido na Escócia. Este é de facto um feito notável e apesar de terem ficado apenas a um assento aquém de uma maioria absoluta (65), os votos proporcionais obtidos pelo SGP traduziram-se num total combinado de 72 deputados eleitos a favor de uma secessão do Reino Unido. Esta maioria parlamentar do movimento secessionista seguramente será usada para exercer uma pressão adicional sobre o governo central para chegar a mais um acordo sobre um segundo referendo independentista, o que poderá afetar a estratégia do CP e a perceção da oportunidade política nos próximos anos.

Mesmo assim, esta análise mostra que a competição partidária e o desempenho eleitoral na Escócia têm influenciado o CP a manter esta posição mais repressiva sobre a secessão escocesa. O partido estará assim a replicar a mesma estratégia que o tem beneficiado anteriormente, visto que esta tem sido provada como uma posição vencedora (Meguid, 2008: 44). Isto significa que o governo central irá continuar a refutar um segundo referendo sempre que haja benefícios eleitorais a colher desta resposta.

4.2.3. Incentivos estratégicos criados pela opinião pública

Como sugerido anteriormente, as sondagens de opinião pública podem ser um indicador sobre como o eleitorado pode votar se a questão da independência lhes for colocada. Embora a cedência de um referendo implique um risco calculado, se as sondagens indicarem que a demanda secessionista será evidentemente derrotada, existe um incentivo para que o governo central permita o voto. Isto foi o que aconteceu em 2014 quando o governo central decidiu acomodar o referendo escocês (Cetrà & Harvey, 2018). De facto, como ilustra a Figura 6, ao considerar as preferências constitucionais dos escoceses, averigua-se um aumento do apoio para a independência desde o anúncio em 2012 de que se realizaria um plebiscito para tal, no entanto, durante o referendo independentista, em 2014, é possível verificar que apenas 33% daquele eleitorado apoiava a independência, enquanto 50% apoiava uma maior desconcentração. Ao juntar este último valor com os que preferiam uma Escócia sem parlamento, ou seja, representada apenas através de *Westminster*, o valor aumentava para 57% do eleitorado que rejeitava o referendo - valor semelhante ao efetivo resultado do mesmo (55,4%). De acordo com Cetrà & Harvey (2018: 27), como o apoio à independência era reduzido, este era um referendo de baixo risco, como tal, a decisão estratégica do então primeiro-ministro, David Cameron,

¹³ Criado pelo antigo primeiro-ministro escocês Alex Salmond, resultante de um conflito com Nicola Sturgeon, o *Alba Party*, participou pela primeira vez nas eleições regionais de 2021, mas fracassou em atrair o eleitorado escocês de forma considerável, não tendo eleito um único deputado.

foi de aproveitar esta oportunidade para ferir o SNP e o movimento secessionista, atraindo os elementos mais conservadores do seu apoio de volta ao CP, enquanto mantinha a integridade territorial. Contudo, como tem vindo a ser mencionado ao longo deste capítulo, desde então o contexto político do Reino Unido mudou de forma notável e com ele as atitudes em relação à secessão da Escócia. Desde o referendo, o apoio para a desconcentração política tem diminuído de forma acentuada, atingindo o valor mínimo de 36% em 2019. Isto corrobora a noção de que um maior foco na desconcentração política por parte dos partidos já não faz sentido, uma vez que isto não irá atrair os eleitores escoceses do mesmo modo que anteriormente. Assim, isto também indica que a opinião pública é de facto relevante para as ações estratégicas dos partidos políticos. Em vez da desconcentração, que registou um decréscimo em 2017, a preferência para a independência tem subido e é desde 2016 a mais popular das três opções, apresentando o valor mais alto (51%) durante o final de 2019 e o início de 2020. Medindo o apoio apenas para a opção de independência, desde maio de 2016 – um mês antes do referendo do *Brexit* - até 2021, a Figura 7 ilustra valores relativamente semelhantes à da Figura 6. Ao contrário do inquérito a longo prazo apresentado anteriormente, a Figura 7 revela a opinião dos escoceses, numa base mensal ou semanal, proporcionando uma visão mais precisa do apoio corrente.

Tal como na Figura 6, é possível verificar na Figura 7, que o apoio para a secessão era, de forma geral, superior em 2016 quando comparado com 2017. Imediatamente após o referendo do *Brexit*, com uma média de 53%, é verificado um aumento do “Sim” durante o mês subsequente. Contudo, à medida que se prosseguiram as negociações iniciais para a saída do Reino Unido da UE, este valor voltou a diminuir. Todavia, no final de 2016, no meio de apelos do SNP para uma segunda proposta de lei para outro referendo (Carrel, 2016), é possível verificar um aumento deste novamente, atingindo o seu pico a 6 de março de 2017, com mais de metade dos escoceses (51%) a defender a independência. Apenas dez dias depois, a então primeira-ministra Theresa May, viria a recusar as demandas para um segundo referendo (*BBC News*, 2017), marcando uma mudança do governo central, que desde então adotou uma posição mais rígida sobre esta questão. No entanto, depois disso, o apoio à independência caíria massivamente, atingindo um recorde mínimo de 39% em junho de 2017, coincidindo com a fraca performance do SNP nas eleições gerais britânicas daquele ano. Mesmo assim, analogamente à Figura 6, este voltaria a subir no final de 2019, ultrapassando o “Não” de forma consistente pela primeira vez desde o início de 2020 até muito recentemente. Aqui é possível verificar o impacto que o *Brexit* teve nas atitudes dos escoceses em relação à independência.

Bourne (2014) apresenta provas de que os indivíduos que têm identidades sub-estatais mais fortes na Escócia e na Catalunha, por exemplo, são mais propensos também para ter identidades europeias fortes (em detrimento das identidades nacionais). Na Escócia aqueles que se consideram *somente escoceses e não britânicos* (34%) e aqueles que se sentem *mais escoceses do que britânicos* (20%) (*What Scotland Thinks*, 2021b) sempre foram mais propensos a apoiar a independência (Curtice, 2016). Deste modo, considerando que a maioria na Escócia (62%) votou contra a saída da

UE, ajuda a explicar as lideranças mais prolongadas do “Sim” registadas em 2016 e no início de 2020 até recentemente. De facto, Daniels & Kuo (2021) constataram que certas conjunturas que tornam a questão do *Brexit* mais saliente fazem incrementar o apoio à secessão. Isto assim explica porque é que o “Sim” começou a subir no final de 2019 e a aumentar exponencialmente no início de 2020 em vez de 2016, depois do voto, uma vez que a saída oficial da UE era agora particularmente evidente dado o intenso debate e a posterior aprovação da *Withdrawal Agreement Bill* em dezembro daquele ano. Como esperado, durante este tempo, Curtice & Montagu (2020) mostram que grande parte do crescimento do apoio à secessão ocorreu entre aqueles que são favoráveis à UE. De acordo com os autores, uma Escócia independente dentro da UE passou a parecer mais atraente do que fazer parte de um Reino Unido fora da UE. Ademais, além do *Brexit*, a melhor gestão da pandemia do COVID-19 pelo governo escocês, em comparação com o governo central, tem também influenciado o apoio à secessão (Brooks, 2020).

Contudo, as sondagens mais recentes revelam uma opinião pública mais dividida na dimensão territorial. Pela primeira vez num ano o apoio para a independência tem vindo a oscilar, com o “Não” a assumir a liderança repetidamente desde o início de 2021. De acordo com Curtice (2021), isto deve-se sobretudo a conflitos internos no SNP entre Sturgeon e o antigo primeiro-ministro Alex Salmond. Isto indica que o apoio à independência e ao partido estão a tornar-se sinónimos. Não obstante, o autor também acrescenta que com a aproximação das eleições regionais, a política em *Holyrood* tornou-se mais partidária, à medida que as forças políticas se preocupavam mais em apelar aos seus potenciais votantes. Como resultado, alguns dos eleitores que anteriormente diziam apoiar o movimento secessionista estarão agora a regressar às suas lealdades políticas mais familiares. Mesmo assim, estas sondagens apontem para uma maior volatilidade e polarização na dimensão territorial, o que por si só constitui um risco. Ainda, até à data de escrita, a média das sondagens realizadas desde a última semana da campanha eleitoral, continuam a estimar o “Sim” em 49%. Com este valor torna-se muito difícil de prever o que poderia acontecer na eventualidade de uma nova tentativa secessionista. Em comparação, as sondagens anteriores ao referendo *Brexit* estimavam aproximadamente que 52% do povo britânico era a favor de permanecer na UE (*What UK Thinks*, 2016), no entanto, foi precisamente o oposto que aconteceu, mudando a paisagem política e constitucional do Reino Unido definitivamente. Por essa razão, a acomodação de um segundo referendo independentista constitui agora um risco mais elevado quando comparado com 2014 quando o apoio para a independência estava a 33% (Ver Figura 6). Deste modo, tal como em 2017 com a refusa de Theresa May, a atual posição mais rígida do governo central é mais bem elucidada pelas possíveis consequências advindas da opinião pública. Isto pode ter convencido o governo central de que, na eventualidade de um referendo, há uma possibilidade acrescida dos secessionistas o vencerem, o que significaria uma desintegração territorial e o fim da União.

Como tal, isto significa que a oportunidade perçecionada durante o primeiro referendo desapareceu. Com isto, o CP perdeu a sua margem de manobra e a acomodação já não traz qualquer

vantagem política, uma vez que existe uma maior volatilidade ao contrário da então maioria favorável ao *status quo*, tornando assim impraticável atrair o eleitorado escocês através desta resposta acomodativa. Por conseguinte, as atitudes públicas têm influência na posição do governo central. Aliás, como referido, a resposta inversa – a recusa de um segundo referendo através de uma forte posição unionista - tem até beneficiado eleitoralmente o partido tanto a nível regional como estatal. E agora, com o apoio ao “Sim” a vacilar, incentiva o CP a fazer uma campanha mais dura contra um segundo referendo, a fim de ampliar a liderança do “Não”. Tendo em conta também que 56% da restante população do Reino Unido (*What Scotland Thinks*, 2020) considera que a Escócia não deveria realizar outro referendo de independência – em contraste com a posição favorável para tal que tinham durante o primeiro referendo (Cetra & Harvey, 2018) – a resposta do governo central está em sintonia com a maioria da população que este representa. O CP também não se arriscaria em perder esse eleitorado em detrimento do eleitorado escocês. No entanto, embora, de momento seja ligeiramente improvável, caso o apoio para a secessão continue numa tendência de descida, como indicam as sondagens mais recentes, provavelmente veremos uma mudança de atitude do governo central britânico na dimensão territorial, para uma mais próxima da posição acomodativa de 2014.

Não obstante, dadas essas observações, e as restantes realizadas ao longo deste capítulo, torna-se evidente o porquê do governo central britânico ter recusado acomodar um segundo referendo escocês durante o período analisado e porque provavelmente o continuará a fazer num futuro imediato. Contudo, o sucesso eleitoral do SNP nas mais recentes eleições regionais, continuará a ameaçar a integridade constitucional e territorial do Estado a longo prazo. Nesta perspetiva, 51% da população britânica considera que o Reino Unido não existirá na sua forma atual dentro de cinco anos (*What Scotland Thinks*, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação procurou explicar o comportamento estratégico dos governos centrais britânico e espanhol mediante a variação entre acomodação e repressão nas respostas às demandas dos movimentos secessionistas da Escócia e da Catalunha, respetivamente, no período pós-referendo. Este estudo desafiou a teoria tradicional que tenta compreender esta problemática através da literatura da política territorial. Tomando a tese da oportunidade política percebida pelos partidos políticos de Cetrá & Harvey (2018) como ponto de partida, explorou a dinâmica partidária e os comportamentos dos partidos numa lógica de ação eleitoral através de uma comparação de casos. Ao fazê-lo, verificou que os partidos no poder nos dois países em análise, o CP no caso britânico e o PSOE no caso espanhol, fizeram cálculos estratégicos em relação à questão da secessão mediante os incentivos de oportunidade política criada pelo sistema partidário, pela performance e competição eleitoral, e pela opinião pública. Ao seguir o mesmo quadro de análise sistemática para ambos os casos, explorámos a relevância destes três fatores nos contextos políticos britânico e espanhol, proporcionando-nos uma imagem mais clara para assimilar e discernir os mesmos.

Como verificado, ao comparar os dois casos, Espanha e o Reino Unido são dois estados unitários descentralizados, com um histórico de reivindicações secessionistas em pelo menos duas áreas territoriais. Isto desencadeou a natureza das dimensões bidimensionais dos sistemas e da competição partidária, assim como, a organização política dos partidos em ambos os casos. Neste contexto, o presente estudo observou que, em ambos os casos, os partidos estatais à direita na dimensão ideológica – o CP no Reino Unido e o PP, Cs e o Vox em Espanha – são os partidos menos pró-periferia. Mesmo assim, os partidos esquerdistas – LD e LP no primeiro caso e PSOE e UP no segundo – competem com estes dentro do bloco unionista na dimensão territorial contra os partidos regionalistas ou secessionistas de ambos os casos – SNP na Escócia e JxCat, ERC e CUP na Catalunha. Através dos dados do MARPOR, esta dissertação mostrou que enquanto os partidos estatais em ambos os casos combatem a secessão e defendem a integridade territorial do Estado, estes diferem na forma de o fazer. Considerando a autodeterminação como inconstitucional, as elites partidárias espanholas atribuem uma menor saliência a questões de descentralização, focando-se maioritariamente na centralização do Estado quando comparadas com as elites partidárias britânicas. As últimas, em vez de se focarem na centralização, procuram enaltecer a União – principalmente o CP – num ambiente descentralizado que reflita as diferentes realidades e necessidades das quatro nações constituintes do Reino. Por sua vez, isto traz consequências para a competição eleitoral e para a organização dos partidos políticos. No Reino Unido essa noção faz com que os ramos regionais dos partidos estatais, por vezes, empreguem diferentes estratégias eleitorais. Esta realidade tem sido exacerbada desde o *Brexit*, especialmente na Escócia. Por outro lado, em Espanha, ao contrário do que se passa no caso anterior, há uma nacionalização das eleições regionais e um nível mais elevado de interligação entre o sistema partidário catalão e o sistema partidário espanhol. Isto faz com que a dimensão territorial seja uma questão eleitoral mais saliente num nível estatal, que tem sido

particularmente intensificada desde a declaração unilateral de independência da Catalunha. O que também significa que a competição eleitoral entre os partidos sobre esta questão é mais elevada no caso espanhol do que no caso britânico. Além disso, esta competição é também incrementada pelo maior número de partidos no primeiro caso do que no segundo. Como tal, o PSOE enfrenta uma maior pressão eleitoral do que o CP em relação às questões territoriais.

A presente dissertação também verificou que uma das razões para a mudança de comportamento do governo central espanhol deveu-se à dependência do PSOE dos votos obtidos pelo ERC que posteriormente possibilitaram a aprovação da sua incumbência. Contudo, mesmo antes disso, a elevada competição eleitoral empurrou o partido espanhol no sentido de adotar uma posição moderada, ou mais acomodativa, em relação aos secessionistas, de forma a distinguir-se da posição dos outros partidos, e principalmente da posição do PP, no campo unionista da dimensão territorial. Esta posição, um tanto polissémica na dimensão secundária da competição do partido, foi bem-sucedida em atrair a maioria do público espanhol, que muito provavelmente teriam diversos pontos de vista sobre o secessionismo catalão. Em consequência, isto contribuiu para que o PSOE vencesse ambas as eleições gerais espanholas e para que o PSC fosse o mais votado nas mais recentes eleições catalãs. Isto mostra que, no contexto da secessão, os partidos políticos adotaram estratégias a fim de obter ganhos eleitorais em ambos os níveis políticos - nacional como regional - a fim de tentar conter a ameaça secessionista. Dada a nacionalização dos atos eleitorais regionais, isto é mais evidente no primeiro caso do que no segundo. Não obstante, se os socialistas espanhóis tivessem adotado a mesma abordagem repressiva em relação aos secessionistas que o PP, provavelmente resultaria em perdas eleitorais, uma vez que a base eleitoral dos socialistas sentiria que o partido estaria a sacrificar a sua ideologia. Tal indica que os socialistas espanhóis enfrentam uma tensão entre a sua integridade ideológica e a procura marginal de votos. O mesmo não acontece para o CP. Ao concentrar-se exclusivamente numa única base de eleitores, o partido tem obtido ganhos eleitorais consideráveis em ambos os níveis políticos analisados. A nível estatal, ao concentrarem-se nos “*Leavers*” no debate do *Brexit*, os conservadores obtiveram uma maioria histórica nas eleições gerais de 2019. Ao mesmo tempo, num nível regional, na Escócia, foco exclusivo nos unionistas na dimensão territorial como principal dimensão de competição do partido, tem segurado a posição do partido como o principal defensor da União. De facto, o principal impulso da campanha estratégica do CP na Escócia tem sido manter viva a questão da secessão escocesa, apresentando o partido como a oposição mais eficaz ao SNP e procurando marginalizar o LP no processo. Efetivamente, a crise da posição dos trabalhistas sobre estas duas questões constitucionais contribuiu como um incentivo para esta estratégia, que se tem revelado um êxito, uma vez que o CP deverá manter o seu lugar como o principal partido da oposição nas próximas eleições regionais de acordo com os dados de intenção de voto até ao momento.

Curiosamente, esta análise detalhada de ambos os casos indica que o sistema partidário e a competição entre partidos políticos estatais são fatores relevantes para explicar as variações de

comportamento de um governo central. No meio de um sistema partidário em mudança, no qual os partidos adotaram estratégias novas e diferentes em relação aos períodos pré-referendo, os partidos no poder escolheram uma estratégia mais acomodativa ou mais repressiva em resposta às demandas territoriais dos partidos secessionistas, com a intenção de ter um possível impacto sobre a performance e o resultado eleitoral de outros rivais estatais. Tanto o CP como o PSOE, costumavam ser tradicionalmente malsucedidos nas nações minoritárias em análise, como evidenciado pelas suas anteriores performances nas eleições regionais da Catalunha e da Escócia em relação às suas performances eleitoral no resto do Estado. Mas agora, ao alterarem a sua estratégia, ambos os partidos inverteram com sucesso esta tendência.

Deste modo, esta dissertação reitera que os partidos no poder se comportam estrategicamente sobre a questão da secessão para os seus próprios objetivos estratégicos e racionais. Dito de outra forma, os cálculos estratégicos mediante a mudança de oportunidade política criada por ambos os fatores supramencionados, têm desempenhado um papel na formulação da posição do governo central em resposta a estas demandas e, acima de tudo, os partidos incumbentes nos dois casos têm utilizado essa questão num contexto político e eleitoral, procurando manter e obter o poder público (*office-seeking*) e maximizar a sua quota-parte de votos (*vote-seeking*). Isto assemelha-se ao que Cetrà & Harvey (2018) assinalarem. No entanto, ao contrário desses autores, através de demonstração empírica, esta dissertação apresentou o cálculo estratégico dos partidos políticos considerando uma oportunidade política em constante mudança. Em contraste com os mesmos, esta também atribui uma maior importância à oportunidade política criada pela opinião pública. Este fator estratégico tem sido evidente em ambos os casos, na medida em que os partidos políticos, tanto nos campos pró-independência como anti-independência, articularam as atitudes públicas na promoção de estratégias acomodativas e repressivas. Para relembrar, ao estabelecer um mecanismo para o diálogo e cooperação com o ERC, o governo do PSOE atenuou as tensões resultantes da crise constitucional ao mesmo tempo que conseguiu diminuir o apoio para a independência da Catalunha e aumentar o nível de confiança no seu executivo. Em relação ao CP, o apoio maioritário para a secessão da Escócia tem pressionado o partido a reprimir a realização de um segundo referendo independentista, dado o maior risco para a possibilidade de desintegração territorial em comparação com o primeiro referendo escocês. Apesar disso, este apoio tem oscilado desde o início de 2021, o que poderá estar conectado com a ação estratégica do partido dado a intensificação da campanha partidária na Escócia, uma vez que este trata-se de um ano eleitoral. Mesmo assim, de acordo com as sondagens de opinião, a estratégia de ambos os partidos estão em sintonia com a vontade geral do público.

Resumindo, esta dissertação demonstrou que embora as estratégias partidárias dos dois casos, no seu conjunto, para com os movimentos secessionistas, sejam diferentes umas das outras, ambas funcionam como um meio para alcançar os mesmos objetivos: garantir e expandir a sua quota-parte de votos eleitorais a fim de alcançar ou manter a sua posição dominante nos respetivos sistemas partidários sem comprometer a manutenção da integridade territorial do Estado. Isto explica porque

em ambos os casos a acomodação para a realização de qualquer novo referendo para a independência não ocorreu durante o período de análise, parecendo também improvável de acontecer num futuro próximo. Uma vez que não existe qualquer vantagem política percebida por ambos os partidos analisados para tal, visto que o sistema partidário, a competição eleitoral, e a opinião pública interligados devem criar uma condição adequada para um partido no poder decidir, num momento certo, acomodar as demandas dos movimentos secessionistas. Por sua vez, isto suporta o argumento de que a secessão numa democracia consolidada continua a ser um acontecimento incomum. Mesmo assim, o presente estudo evidenciou que a oportunidade política percebida está em constante mudança, por essa razão, embora seja difícil imaginar uma situação em que os partidos no poder maximizariam os seus resultados eleitorais ao permitir a possibilidade de desintegração territorial do Estado, os governos centrais poderão consentir para as demandas dos movimentos secessionistas se as considerarem vantajosas de um ponto de vista político.

No seu todo, a presente dissertação também contribuiu para o preenchimento das lacunas levantadas pela literatura e ao combinar dois domínios académicos distintos constitui um guia de estudo abrangente sobre a resposta dos governos centrais face aos movimentos secessionistas. Além disso, seguindo as definições obtidas pela revisão da literatura, esta dissertação realizou um amplo e atualizado quadro sobre as tentativas de secessão e a respetiva resposta do governo central, o que se revela sem paralelo num sentido que é a primeira vez que é incorporado a dinâmica entre estas variáveis, o que pode revelar-se útil para futuros estudos sobre estes mesmos temas. Ainda, ao centrar-se no governo central e na conduta estratégica dos partidos políticos, esta dissertação constata a extrema relevância do processo interno de tomada de decisões dos partidos no governo. Deste modo, esta assevera que uma investigação orientada para o ator, neste caso, na dinâmica partidária envolvente na conduta estratégica dos atores políticos, funciona como uma explicação mais pragmática do comportamento e da resposta estatal no que toca às reformas territoriais, principalmente às demandas secessionistas. Apesar disso, as características que o Reino Unido e Espanha, ou a Escócia e a Catalunha, compartilhem; diferem muito entre todos os outros governos e movimentos secessionistas existentes. Enquanto os presentes casos mostram como os fundamentos teóricos e o quadro de análise sistemático desta dissertação ajudam a explicar a problemática aqui analisada, são necessários mais estudos de caso para testar se estes argumentos são generalizáveis. Futuros estudos poderiam aplicar este quadro de análise a outros casos secessionistas em Estados democráticos, como o Québec, Flandres ou o País Basco, para verificar em que medida a oportunidade política percebida ajuda a explicar a variação da resposta estatal e se, na altura, o partido no governo central, beneficiou do seu comportamento para com estes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abazi, E. (2008). *Kosovo Independence: An Albanian Perspective*. SETA Foundation for Political, Economic and Social Research. 11.
- Alonso, S. (2012). *Challenging the State: Devolution and the Battle for Partisan Credibility: A Comparison of Belgium, Italy, Spain, and the United Kingdom*. Oxford: Oxford University Press.
- Anderson, G. (2013). *Secession in International Law and Relations: What Are We Talking About?*, 35 Loy. L.A. Int'l & Comp. L. Rev.
- Anderson, P. & Keil, S. (2020). *Scotland, the UK and Brexit - At a Constitutional Crossroads: What Next for Scotland? Introduction*. Centre international de formation européenne.
- Anderson, P. (2020). *Decentralisation at a Crossroads: Spain, Catalonia and the Territorial Crisis*. *Ethnopolitics*, 19:4, 342-355.
- Anderson, P. (2021). "A Consociational Compromise? Constitutional Evolution in Spain and Catalonia". Em: Keil, S. & McCulloch, A (ed.) *Power-Sharing In Europe Past Practice, Present Cases, And Future Directions*. Palgrave Macmillan. pp. 201-225
- Aragonès, E. & Ponsatí, C. (2016). "Negotiations and political strategies in the contest for Catalan Independence." Em: Morató, X. C. (ed.) *Catalonia: A New Independent State in Europe?: A Debate on Secession within the European Union*. Nova Iorque: Routledge.
- Ascherson, N. (2012). *Will Scotland Go Its Own Way?*, N.Y. TIMES. [online] Disponível em: <http://www.nytimes.com/2012/02/27/opinion/independence-for-scotland.html>
- Badie, B.; Berg-Schlosser, D. & Morlino, L. (2011). *International Encyclopedia of Political Science*. SAGE Knowledge, Vol I.
- Balcells, L; Dorsey, S & Tellez, J. F. (2020). *Repression and Dissent in Contemporary Catalonia*. *British Journal of Political Science*, 1–9.
- Baquero, C S. (2020). *Catalan premier announces snap election amid dispute over role as deputy*. El País. [online] Disponível em: https://english.elpais.com/politics/catalonia_independence/2020-01-30/catalan-premier-announces-snap-election-amid-dispute-over-role-as-deputy.html
- Baquero, C. S. (2018). *New Catalan Government sworn in, paving way for suspension of direct rule*. ElPaís. [online] Disponível em: https://english.elpais.com/elpais/2018/06/02/inenglish/1527944812_829249.html
- BBC News (2016). *EU Referendum Results*. [online] Disponível em: https://www.bbc.co.uk/news/politics/eu_referendum/results
- BBC News (2017). *Theresa May: 'Now is not the time' for Scotland independence vote*. [online] Disponível em: <https://www.bbc.com/news/av/uk-scotland-scotland-politics-39291860>
- BBC News (2019). *Violent clashes erupt as Spanish court jails Catalonia leaders*. [online] Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-49974289>.
- BBC News (2021). *Scottish Parliament election 2021*. [online] Disponível em: <https://www.bbc.com/news/topics/c37d28xdn99t/scottish-parliament-election-2021>
- Beach, D. & Pedersen, R.B. (2013). *Process-Tracing Methods: Foundations and Guidelines*. Ann Arbor MI: University of Michigan Press.
- Bennett, A., Fairfield, T. & Soifer, H. D. (2019). *Comparative Methods and Process Tracing*. American Political Science Association Organized Section for Qualitative and Multi-Method Research, Qualitative Transparency Deliberations, Working Group Final Reports, Report III.
- Blair, T. (2019) *Labour's Historic Challenge*. Tony Blair Institute for Global Change. [online] Disponível em: <https://institute.global/tony-blair/labours-historic-challenge>
- Bogdanor, V. (1994). "Western Europe". Em: Butler, D., Ranney, A. (ed.), *Referendums Around the World*. AEI Press, Washington, pp. 24–97.
- Bogdanor, V. (1999). *Devolution in the United Kingdom*. Oxford: Oxford University Press.
- Boudreau, V. (2015). "Precarious Regimes and Matchup Problems in the Explanation of Repressive Policy". Em: Davenport, C., Johnston, H., & Mueller, C. (ed.). *Repression and Mobilization*. University of Minnesota.
- Bourne, A. K. (2014). *Europeanization and secession: The cases of Catalonia and Scotland*. *JEMIE*, 13, 94.
- Brilmayer, L. (1991). *Secession and Self-Determination: A Territorial Interpretation*. Faculty Scholarship Series. 2434.

- Brooks, L. (2020). *How the Covid crisis is changing minds on Scottish independence*. The Guardian. [online] Disponible em: <https://www.theguardian.com/politics/2020/sep/13/covid-crisis-changing-minds-scottish-independence>
- Brooks, L. (2021). *Sturgeon says second independence vote 'a matter of when, not if'*. [online] Disponible em: <https://www.theguardian.com/politics/2021/may/09/scottish-indyref2-battle-distraction-covid-michael-gove>
- Buchanan, A. (1992) *Secession: The Morality of Political Divorce from Fort Sumter to Lithuania and Quebec*. Westview Press.
- Budge, Ian; Klingermann, H; Volkens, A; Bara, J & McDonald, M. (2003) *Mapping policy preferences II: estimates for parties, electors, and governments in Eastern Europe, European Union, and OECD 1990-2003*. Oxford. Londres.
- Butt, A. I. (2017). *Secession and Security: Explaining State Strategy Against Separatists*. New York: Cornell University Press.
- Cabeza, L; Gómez, B & Alonso, S (2016). *How National Parties Nationalize Regional Elections: The Case of Spain*. Publius: The Journal of Federalism.
- Caramani, D. (2005) *The Formation of National Party Systems In Europe: A Comparative-Historical Analysis*. Scandinavian Political Studies, 28(4), pp. 295–322.
- Carpio, J. (2019) *El PP se hunde y pierde más de la mitad de sus escaños en el peor resultado de su historia*. RTVE. [online] Disponible em: <https://www.rtve.es/noticias/20190429/elecciones-generales-2019/1929064.shtml>
- Carrel, S. (2016). *Nicola Sturgeon challenges May with second referendum bill*. The Guardian. [online] Disponible em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/oct/13/nicola-sturgeon-challenges-may-with-second-referendum-bill-scottish-independence-snp-conference>
- Carrel, S. (2021). *Boris Johnson accuses SNP of seeking to 'turn Scotland against itself'*. The Guardian. [online] Disponible em: <https://www.theguardian.com/politics/2021/mar/14/boris-johnson-accuses-snp-of-seeking-to-turn-scotland-against-itself>
- Casqueiro, J.; Díez, A.; Tolosa, L. (2020). *Spanish government to consider pardon requests for jailed Catalan separatists*. El País. [online] Disponible em: https://english.elpais.com/politics/catalonia_independence/2020-09-24/spanish-government-to-consider-pardon-requests-for-jailed-catalan-separatists.html
- Centre d'Estudis d'Opinió (2020). *Political Opinion Barometer. 3rd wave 2020*. Barcelona.
- CEO, Centre d'Estudis d'Opinio (2019). *Enquesta "Percepció sobre el debat territorial a Espanya . 2019"*. Generalitat de Catalunya.
- CEO, Centre d'Estudis d'Opinio (2021). *Baròmetre: Election Survey to the Catalan Parliament*. Generalitat de Catalunya. Press Release.
- Cetrà, D. & Harvey, M. (2018). *Explaining Accommodation and Resistance to Demands for Independence Referendums in the UK and Spain*. Nations and Nationalism.
- Chaney, P. (2013). *An electoral discourse approach to state decentralisation: State-wide parties' manifesto proposals on Scottish and Welsh devolution, 1945–2010*. British Politics Vol. 8, 3, 333–356.
- Coggins, B. (2011). *Friends in High Places: International Politics and the Emergence of States from Secessionism*. International Organization. 65 (1): 433-67.
- Collin, K. (2019). *Peacemaking Referendums in Oceania: Making or delaying peace in New Caledonia and Bougainville*. Ethnopolitics 18(2): 139–152.
- CP (2015). *Strong Leadership a Clear Economic Plan a Brighter, More Secure Future*. Manifesto 2015. [online] Disponible em: <https://www.theresavilliers.co.uk/sites/www.theresavilliers.co.uk/files/conservativemanifesto2015.pdf>
- CP (2019). *Get Brexit Done Unleash Britain's Potential*. Manifesto 2019. [online] Disponible em: https://assets-global.website-files.com/5da42e2cae7ebd3f8bde353c/5dda924905da587992a064ba_Conservative%202019%20Manifesto.pdf
- Crawford J. (2007). *The Creation of States in International Law*, Oxford: Oxford University Press.
- Cunningham, K. G. (2011). *Divide and Conquer or Divide and Concede: How Do States Respond to Internally Divided Separatists?* American Political Science Review, 105(2), 275–297.
- Cunningham, K. G. (2014). *Inside the Politics of Self-Determination*. Oxford: Oxford University Press.

- Curtice, J. & Montagu, I. (2020). *Is Brexit fuelling support for independence?* Scottish Social Attitudes Survey.
- Curtice, J. (2015). *A Return to Normality? How the Electoral System Operated*. Parliamentary Affairs, 68:suppl 1, 25–40.
- Curtice, J. (2016). *The 2016 Scottish Election Briefing: Possibilities and Problems*. Electoral Reform Society.
- Curtice, J. (2021). *Why Has Nationalist Support Fallen?*. What Scotland Thinks [online] Disponible em: <https://whatscotlandthinks.org/2021/03/why-has-nationalist-support-fallen/>
- Cutts, D.; Goodwin, M.; Heath, O.; & Surridge, P. (2020). *Brexit, the 2019 General Election and the Realignment of British Politics*. The Political Quarterly.
- Daniels, L. & Kuo, A. (2021). *Brexit and Territorial Preferences: Evidence from Scotland and Northern Ireland*. Publius: The Journal of Federalism, Volume 51, Issue 2, Spring 2021, Pages 186–211
- Davenport, C. (2007). *State Repression and Political Order*. Annual Review of Political Science. 10: 1–23.
- De Winter, L. & Türsan, H. (ed.) (1998). *Regionalist parties in Western Europe*. London: Routledge.
- Del Riego, C. (2020). *Casado advierte a Sánchez que le llevará a los tribunales si cede a Catalunya lo que la Constitución prohíbe*. La Vanguardia. [online] Disponible em: <https://www.lavanguardia.com/politica/20200206/473308481185/casado-reunion-torra-sanchez-congreso-pp.html>
- Detterbeck, K. & Hepburn, E. (2010). “Party politics in multi-level systems: party responses to new challenges in European democracies.” Em: Erk, J. & Swenden, W. (ed.). *New Directions in Federalism Studies*. London: Routledge, pp. 106–125.
- Diehl, P. F. (1999). *A RoadMap toWar: Territorial Dimensions ofInternational Conflict*. Vanderbilt University Press.
- Dietrich, F. (2014). Secession of the rich: a qualified defence. Polit. Philos. Econ. 13 (1), 62–81.
- Diez, A.; Gómez, M. V.; Santaaulalia, I. (2020). *Confusion reigns in Spain over deal with Basque party to repeal labor reform*. El País. [online] Disponible em: <https://english.elpais.com/politics/2020-05-21/confusion-reigns-over-government-deal-with-basque-nationalist-party-to-overturn-labor-reform.html>
- Dinas, E. (2012) *Left and right in the Basque Country and Catalonia: the meaning of ideology in a nationalist context*. South European Society and Politics, vol. 17, no. 3, pp. 467–485.
- Donner, Frank J. (1990). *Protectors of Privilege: Red Squads and Police Repression in Urban America*. Berkeley: University of California Press.
- Doyle, D. H. (2010). *Secession as an International Phenomenon: from America’s Civil to Contemporary Separatist Movements*. Georgia: University of Georgia Press.
- Eckstein, H. (2000). Case Study and Theory in Political Science. Em: Gomm, R.; Hammersley, M. & Foster, P. (ed.). *Case Study Method: Key Issues, Key Texts*. SAGE.
- Edinburgh Agreement (2012) *Agreement between the United Kingdom Government and the Scottish Government on a referendum on independence for Scotland*. [online] Disponible em: <https://www.webarchive.org.uk/wayback/archive/3000/https://www.gov.scot/Resource/0040/00404789.pdf>
- El País (2018) *Moción de censura: Sánchez, presidente*. [online] Disponible em: https://elpais.com/politica/2018/06/01/actualidad/1527833707_590950.html
- El País (2020) *Este es el texto íntegro del acuerdo alcanzado entre el PSOE y ERC*. [online] Disponible em: https://elpais.com/politica/2020/01/02/actualidad/1577980918_403407.html
- ElEspañol (2018). *Lo que de Verdad Piensan los Españoles de La Crisis Catalana*. [online] Disponible em: https://www.elespanol.com/opinion/tribunas/20180521/verdad-piensen-espanoles-crisis-catalana/309089089_12.html
- Elliot, J.H. (2018) *Scots and Catalans: Union and Disunion*. Yale University Press.
- Fazal, T. & Griffiths, R. (2008). *A State of One’s Own: The Rise in Secession Since World War II*. 15 BROWN J. INT’L AFF. 199, 201.
- Field, B. (2014). *Minority Parliamentary Government and Multilevel Politics: Spain’s System of Mutual Back Scratching*. Comparative Politics, 46(3), 293–312.
- Find Out Now (2021). SNP still headed for clear victory. [online] Disponible em: <https://findoutnow.co.uk/blog/exclusive-poll-snp-still-headed-for-clear-victory/>

- Forsberg, E. (2013). *Do Ethnic Dominoes Fall? Evaluating Domino Effects of Granting Territorial Concessions to Separatist Groups*. *International Studies Quarterly* 57 (2): 329-340.
- Gad3 (2019a) *La Mayoría de los Españoles Elige el Diálogo para resolver la Crisis Catalana*. La Vanguardia. [online] Disponible em: <https://www.lavanguardia.com/politica/20190217/46528947189/la-mayoria-de-los-espanoles-elige-el-dialogo-para-resolver-la-crisis-catalana.html>
- Gad3 (2019b). El 82% de catalanes y el 59% de españoles apuestan por el diálogo, según 'La Vanguardia'. El Nacional. [online] Disponible em: https://www.elnacional.cat/es/politica/catalanes-espanoles-apuestan-dialogo_422741_102.html
- Galais, C. & Serrano, I. (2019). *The effects of regional attachment on ideological self-placement: a comparative approach*. *Comparative European Politics*, vol. 18, pp. 1–23.
- Generalitat de Catalunya (2017). *El "sí" s'imposa amb un 90% dels vots dels 2.262.424 catalans que han pogut votar*. [online] Disponible em: <https://govern.cat/salaprensa/notes-premsa/303468/si-simposa-90-percent-dels-vots-dels-2262424-catalans-que-han-pogut-votar>
- Generalitat de Catalunya (2017b). *Eleccions al Parlament de Catalunya 2017*. [online] Disponible em: <http://gencat.cat/economia/resultats-parlament2017/09AU/DAU09999CM.htm?lang=es>
- Generalitat de Catalunya (2021) *Resultats definitius*. [online] Disponible em: <https://resultats.parlament2021.cat/resultados/0/catalunya>
- Germann, M. (2017). *Pax populi or casus belli? On the conflict resolution potential of self-determination referendums*. (Dissertação de doutoramento, ETH Zürich.).
- GESOP, Gabinet d'Estudis Socials i Opinió Pública (2019). *Encuesta: Más de la mitad de españoles apoyan el diálogo con los independentistas*. El Periodico. [online] Disponible em: <https://www.elperiodico.com/es/politica/20190217/encuesta-mayoria-espanoles-apoyan-dialogo-independentistas-juicio-proces-7309283>
- Giuliano, E. (2000) *Who Determines the Self in the Politics of Self-Determination: Identity and Preferences Formation in Tatarstan's Nationalist Mobilization*. *Comparative Politics* Vol. 32, No. 3.
- Griffiths, R. (2016). *Age of Secession: the International and Domestic Determinants of State Birth*. Cambridge University Press.
- Griffiths, R. D., & Wasser, L. M. (2019). *Does violent secessionism work?* *Journal of Conflict Resolution*, 63(5), 1310–36.
- Guinjoan, M. & Rodon, T. (2016). "Catalonia at the crossroads: Analysis of the increasing support for secession". Em: Morató, X. C. (ed.) *Catalonia: A New Independent State in Europe?: A Debate on Secession within the European Union*. Nova Iorque: Routledge.
- Gurr, T. R., & Moore, W. H. (1997). *Ethnopolitical rebellion: A cross-sectional analysis of the 1980s with risk assessments for the 1990s*. *American Political Science Review*, 41(4).
- Harvey, M. (2020). *A Dominant SNP in a Unionist Scotland? The 2019 UK General Election in Scotland*. *The Political Quarterly*, Vol. 91, No. 1.
- Hayes, G. (2021). *Scottish Tories to portray new Labour leader as soft on independence ahead of Holyrood elections*. [online] Disponible em: <https://www.telegraph.co.uk/news/2021/02/26/scottish-tories-portray-new-labour-leader-soft-independence/>
- Hayes, G. (2021b). *Scottish Labour records worst result since devolution but Sarwar optimistic party has 'credibility again'*. [online] Disponible em: <https://www.telegraph.co.uk/politics/2021/05/08/scottish-labour-records-worst-result-since-devolution-sarwar/>
- HCL, House of Commons Library. (2017). *General Election 2017: the results so far*. [online] Disponible em: <https://commonslibrary.parliament.uk/general-election-2017-the-results-so-far/>
- HCL, House of Commons Library. (2020). *General Election 2019: results and analysis*. Briefing Paper Number CBP 8749.
- Hechter, M. (1992). *The Dynamics of Secession*. *Acta Sociologica* 35(2):267–283.
- Henderson, A.; Johns, Rob; Larner, J. & Carman, C. (2020). *Scottish Labour as a case study in party failure: Evidence from the 2019 UK General Election in Scotland*. *Scottish Affairs*, May 2020, vo. 29, No. 2 : pp. 127-140.
- Hepburn, E. (2009). *Introduction: Re-conceptualizing Sub-state Mobilization*. *Regional and Federal Studies*, 19(4-5), pp. 477-99.
- Heraclides, A. (1991). *The Self-Determination of Minorities in International Politics*. Frank Cass and Company.

- Heraclides, A. (1992). *Secession, Self-Determination and Non-Intervention: In a Quest of a Normative Symbiosis*. *Journal of International Affairs*, 45:2, 399-422.
- HM Government (2016) *Scotland Act 2016*. [online] Disponible en: <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2016/11/contents/enacted>.
- Hobolt, S. B. (2018). *Brexit and the 2017 UK General Election*. *Journal of Common Market Studies*, 56 (S1). pp. 39-50.
- Holsti, Kalevi J. (1991). *Peace and War: Armed Conflicts and International Order, 1648–1989*. New York: Cambridge University Press.
- Horowitz, D. (1985). *Ethnic Groups in Conflict*. University of California Press.
- Horowitz, D. (2000). *Ethnic Groups in Conflict*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Horowitz, D. (2003). “A right to secede?” En: Macedo, S. & Buchanan, A. (ed.), *Secession and Self-Determination*. New York University Press, New York, pp. 50–77.
- Iglesias, P. (2017). *Pensar el Estado para pensar Catalunya y España*. Público. [online] Disponible en: <https://blogs.publico.es/pablo-iglesias/1108/pensar-el-estado-para-pensar-catalunya-y-espana/>
- Johnson, M. & Smaker, M. (2014). *State Building in De Facto States: Somaliland and Puntland Compared*. Indiana University Press. *Africa Today*. Vol. 60, No. 4.
- Keating, M. (1998). *State and Regional Nationalism: Territorial Politics and the European State*. Brighton: Harvester Wheatsheaf.
- Keating, M. (2001). *Plurinational Democracy: Stateless Nations in a Post-Sovereignty Era*. Oxford: Oxford University Press.
- Keating, M. (2007). *Federalism and the Balance of Power in European States*. SIGMA.
- Keating, M. (2015). *The Scottish Independence Referendum and After*. *Revista d'estudis autonòmics i federals*, 21.
- Ker-Lindsay, J. (2014). *Understanding State Responses to Secession*. *Peacebuilding*, 2:1, 28-44.
- Kittrie, N. N. (1995). *The War Against Authority: From the Crisis of Legitimacy to a New Social Contract*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Kohen, M.G. (2006). *Secession: International Law Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kucera, J. (2020) “A Mid-Rainy-Season Night’s Dream: Cyber-Secessionism in Cameroon, 2016–2018” En: Riegl, M. & Doboš, B. (ed). *Perspectives on Secession: Theory and Case Studies*. Springer.
- León, S. (2006). *The Political Economy of Fiscal Decentralization: Bringing Politics to the Study of Intergovernmental Transfers*. Madrid: Centro de Estudios Avanzados en Ciencias Sociales.
- Lichbach, M. (1987). *Deterrence or Escalation*. *Journal of Conflict Resolution* 31:2, 266-97.
- Lijphart, A. (1971). *Comparative Politics and the Comparative Method*. *American Political Science Review*, 65(03), 682–693.
- Liñeira, R. & Cetrà, D. (2015) *The Independence Case in Comparative Perspective*. *The Political Quarterly* 86(2), pp. 257-64.
- Lustick, I.; Miodownik, D. & Eidelson, R. (2004) *Secessionism in Multicultural States: Does Power Sharing Prevent or Encourage It?*. *American Political Science Review* 98:2. 209-29.
- Martí, D. & Cetrà, D. (2016). *The 2015 Catalan election: a de facto referendum on independence?*, *Regional & Federal Studies*, 26:1, 107-119.
- McEwen, N. (2016). “A Constitution in Flux The Dynamics of Constitutional Change after the Referendum”. En: McHarg, A.; Mullen, T.; Page, A.; & Walker, N. (ed.) *The Scottish Independence Referendum: Constitutional and Political Implications*. Oxford, Oxford University Press.
- Meguid, B. (2008). *Party competition between unequals: strategies and electoral fortunes in Western Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Meguid, B. (2009). *Institutional Change as Strategy: The Role of Decentralization in Party Competition*. APSA Toronto Meeting Paper.
- Mill, J. S. (1843). *A System of Logic, Ratiocinative and Inductive: Being a Connected View of the Principles of Evidence, and the Methods of Scientific Investigation*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Ministerio del Interior. *Consulta de Resultados Electorales*. [Consultado online a 23/02/2021] Disponible en: <http://www.infoelectoral.mir.es/infoelectoral/min/busquedaAvanzadaAction.html>
- Mitchell, J. & Henderson, A. (2020). *Tribes and Turbulence: The 2019 UK General Election in Scotland*. *Britain Votes* (2019) 142–156.
- Mitchell, J. (1990) *Conservatives and the Union*, Edinburgh, Edinburgh University Press.

- Moore, W. H. (2000). *The Repression of Dissent. A Substitution Model of Government Coercion*. Journal of Conflict Resolution 44: 107- 27.
- Mueller, C. (2012) *Secession and Self-Determination - Remedial Right Only Theory Scrutinized*. 7 POLIS Journal 283.
- Mullen, T. (2016). "Introduction", Em: McHarg, A.; Mullen, T.; Page, A.; & Walker, N. (ed.) *The Scottish Independence Referendum: Constitutional and Political Implications*. Oxford, Oxford University Press.
- Muro, D. & Woertz, E. (ed.) (2018). *Secession and Counter-Secession: An International Relations Perspective*. Barcelona: CIDOB edicions
- Muro, D. (2009). *Territorial Accommodation, Party Politics, and Statute Reform in Spain*. South European Society & Politics, 14(4), pp. 453-68.
- MyWord (2017). *Una ajustada mayoría prefiere una salida dialogada pero intervendría Cataluña si se salta la ley*. Cadena Ser. [online] Disponible em: https://cadenaser.com/ser/2017/04/03/politica/1491242416_479479.html
- Nielsen, K. (2003). "Liberal Nationalism and Secession". Em: Moore, M. (ed.) *National Self-Determination and Secession*. Oxford: Oxford University Press.
- Nilsson, D. (2010). *Turning Weakness into Strength: Military Capabilities, Multiple Rebel Groups and Negotiated Settlements*. Conflict Management and Peace Science 27 (3): 253-271.
- O'Neill, K. (2003). *Decentralization as an Electoral Strategy*. Comparative Political Studies, 36(9), pp. 1068-1091.
- Pagan, I. G. (2021). *Los partidos independentistas se comprometen por escrito a no pactar con el PSC*. LaVanguardia. [online] Disponible em: <https://www.lavanguardia.com/politica/20210210/6238763/elecciones-catalanas-partidos-independentistas-veto-psc-pactos-illa.html>
- Pardo, I. (2019). *El Referéndum Catalán que Proponía Podemos Desaparece de la Propuesta De Negociación Con El PSOE*. La Vanguardia.
- Paterson, L. (2006) "Sources of Support for the SNP". Em: Bromley, C., Curtice, J., Hinds, K. & Park, A. (ed.). *Has Devolution Delivered?*. Edinburgh: Edinburgh University Press, pp. 46–70.
- Pavković, A. & Radan, P. (2007). *Creating New States: Theory and Practice of Secession*. Ashgate Publishing, Ltd.
- Pavković, A. (2015). "Secession: a much contested concept.". Em: Kingsbury, D.; Laoutides, C. (ed.) *Territorial Separatism in Global Politics: Causes, Outcomes and Resolution*. Routledge.
- Payero-López, L. (2020). "Assessing the Spanish State's Response to Catalan Independence: The Application of Federal Coercion". Em: Gagnon, A. G. & Tremblay, A.(ed.). *Federalism and National Diversity in the 21st Century*, Pallgrave MacMillan.
- Prosser, C. (2020) *The end of the EU affair: the UK general election of 2019*. West European Politics, 44:2, 450-461
- Qvortrup, M. (2014). *Referendums and Ethnic Conflict*. University of Pennsylvania Press.
- Qvortrup, M. (2018). *Independence Referendums: History, practice and outcomes*. Report, No. 2, The National Research Institute.
- Qvortrup, M. (2020) "Democracy, Realism and Independence Referendums". Em: Riegl, M. & Doboš, B. (ed). *Perspectives on Secession: Theory and Case Studies*. Springer.
- Radan, P. (2012). *Secessionist Referenda in International and Domestic Law*. Nationalism and Ethnic Politics, 18:1, 8-21.
- Reid, S; Montagu, I & Scholes, A. (2020). *Scottish Social Attitudes Survey 2019: Attitudes To Government, The Economy And The Health Service, And Political Engagement In Scotland*. ScotCen Social Research.
- Rico, F & R. Liñeira. (2014). *Bringing Secessionism into the Mainstream: The 2012 Regional Election in Catalonia*. South European Society and Politics, 19(2), pp. 257-280.
- Ríos, P. & Noguer, M. (2020). *Ousted Catalan leader calls for 'democratic rupture' after ban from public office*. El País. [online] Disponible em: https://english.elpais.com/politics/catalonia_independence/2020-09-29/ousted-catalan-leader-calls-for-democratic-rupture-after-ban-from-public-office.html

- Ríos, P., & Piñol, A. (2017). *El Parlament de Catalunya aprueba la resolución para declarar la independencia*. El País. [online] Disponible em: https://elpais.com/ccaa/2017/10/27/catalunya/1509105810_557081.html
- Rodon, T. (2020). *The Spanish Electoral Cycle of 2019: A Tale of Two Countries*. West European Politics
- Sánchez, S. (2018). Los españoles confían más en el Gobierno de Sánchez que en el de Rajoy. CadenaSer. Disponible em: https://cadenaser.com/ser/2018/06/08/politica/1528435287_628929.html
- Santos, P. (2019). *Los independentistas tumban los Presupuestos y abocan a Sánchez a elecciones*. El Periodico. [online] Disponible em: <https://www.elperiodico.com/es/politica/20190213/congreso-independentistas-tumban-presupuestos-sanchez-elecciones-7301511>
- Sartori, G. (1976). *Parties and Party systems: A Framework for Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Scheindlin, D. (2012). *Phantom Referendums in Phantom States: Meaningless Farce or a Bridge to Reality?* Nationalism and Ethnic Politics 18(1): 65–87.
- Serge, V. (1979). *What Everyone Should Know About State Repression*. Londres: New Park Publications.
- Simón, P. (2020). *The Multiple Spanish Elections of April and May 2019: The Impact of Territorial and Left-right Polarisation*. South European Society and Politics
- Simón, P. (2021). *Two-bloc Logic, Polarisation and Coalition Government: The November 2019 General Election in Spain*. South European Society and Politics
- Simpkins, F. (2019). *Twenty Years of Devolution in Scotland: the End of a British Party System?*. French Journal of British Studies. XXIV-4.
- Siqueira, K. (2005). *Political and Militant Wings within Dissident Movements and Organizations*. Journal of Conflict Resolution 49(2): 218–236.
- Siroky, D.S. (2011). “Explaining Secession”, in Pavkovic, A & Radan, P. (ed.) *The Ashgate Research Companion to Secession*. Burlington, VT: Ashgate.
- SNP. (2016) *Re-Elect*. Manifiesto 2016. [online] Disponible em: https://d3n8a8pro7vhmx.cloudfront.net/thesnp/pages/5540/attachments/original/1461753756/SNP_Manifiesto2016-accesible.pdf?1461753756
- Sorens, J (2012). *Secessionism: Identity, Interest, and Strategy*. Quebec: McGill-Queen’s University Press.
- Sorens, J. (2004). *Globalization, secessionism, and autonomy*. Electoral Studies 23, 727-752.
- Sorens, J. (2009). *The Partisan Logic of Decentralization in Europe*. Regional & Federal Studies, 19(2), pp. 255-72.
- Sterio, M. (2010). *On the Right to External Self-Determination: "Selfistans," Secession, and the Great Powers' Rule*. 19 Minnesota Journal of International Law 137.
- Stewart, H. (2020). *Brexit: MPs pass withdrawal agreement bill by 124 majority*. The Guardian. [online] Disponible em: <https://www.theguardian.com/politics/2019/dec/20/brexit-pm-asks-britons-to-move-on-as-mps-debate-withdrawal-bill>
- Stewart, H.; Walker, P. & Carrell, S. (2017). *Theresa May rejects Nicola Sturgeon's referendum demand*. The Guardian. [online] Disponible em: <https://www.theguardian.com/politics/2017/mar/16/theresa-may-rejects-nicola-sturgeons-scottish-referendum-demand>
- The Guardian (2020). *Nicola Sturgeon: independence best for Scotland post-Brexit*. [online] Disponible em: <https://www.theguardian.com/politics/video/2020/jan/31/nicola-sturgeon-independence-best-for-scotland-post-brexit-video>
- Toft, M. D. (2003) *The Geography of Ethnic Violence: Identity, Interests, and the Indivisibility of Territory*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- Tort, A. (2020). *ERC anuncia un preacuerdo con el Gobierno para apoyar los presupuestos del Estado*. La Vanguardia. [online] Disponible em: <https://www.lavanguardia.com/politica/20201124/49676123003/erc-preacuerdo-gobierno-presupuestos.html>
- Toubeau, S. & Massetti, E. (2013). *The Party Politics of Territorial Reforms in Europe*. West European Politics, 36(2), pp. 297-316.
- Toubeau, S. (2011). *Regional Nationalist Parties and Constitutional Change in Parliamentary Democracies: A Framework for Analysis*. Regional & Federal Studies, 21(4-5), pp. 427-46.
- Ulč, O. (1996). *Czechoslovakia's Velvet Divorce*. East European Quarterly 30, no. 3.
- Volkens, A; Burst, T; Krause, W; Lehmann, P; Matthieß, T; Merz, N; Regel, S; Weßels, B & Zehnter, L (2020) *The Manifesto Data Collection*. Manifiesto Project (MARPOR). Versão 2020b. Berlin:

- Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung. [online] Disponível em: https://visuals.manifesto-project.wzb.eu/mpdb-shiny/cmp_dashboard_dataset/
- Walter, B. F. (2006). *Building Reputation: Why Governments Fight Some Separatists but Not Others*. American Journal of Political Science, 50(2), 313–330.
- Walter, B. F. (2009). *Reputation and Civil War: Why Separatist Conflicts Are So Violent*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wellman, C. (2005). *A Theory of Secession*. New York: Cambridge University Press.
- What Scotland Thinks (2016). *How would you vote in the in the Scottish independence referendum if held now? (asked after the referendum)* [Consultado online a 07/05/2021] Disponível em: <https://whatscotlandthinks.org/questions/how-would-you-vote-in-the-in-the-scottish-independence-referendum-if-held-now-a/>
- What Scotland Thinks (2019). *Do you think the United Kingdom will or will not exist in its current form in five years? (GB views)* [Consultado online a 24/03/2021] Disponível em: https://whatscotlandthinks.org/gb_questions/do-you-think-the-united-kingdom-will-or-will-not-exist-in-its-current-form-in-f/?removed
- What Scotland Thinks (2020). *Do you think Scotland should or should not hold another independence referendum?* [Consultado online a 25/03/2021] Disponível em: https://whatscotlandthinks.org/gb_questions/do-you-think-scotland-should-or-should-not-hold-another-independence-referendum/
- What Scotland Thinks (2021). *How would you vote in a Scottish independence referendum if held now? (asked after the EU referendum)* [Consultado online a 08/05/2021] Disponível em: <https://whatscotlandthinks.org/questions/how-would-you-vote-in-the-in-a-scottish-independence-referendum-if-held-now-ask/?removed>
- What Scotland Thinks (2021b) *Where on this scale would you place your identity? (Moreno question)* [Consultado online a 29/03/2021] <https://whatscotlandthinks.org/questions/where-on-this-scale-would-you-place-your-identity/?removed>
- What Scotland Thinks. (2021) *How would you vote in a Scottish independence referendum if held now? (asked after the EU referendum).* [online] Disponível em: <https://whatscotlandthinks.org/questions/how-would-you-vote-in-the-in-a-scottish-independence-referendum-if-held-now-ask/>
- What UK Thinks (2016). *Should the United Kingdom remain a member of the European Union or leave the European Union?* [Consultado online a 24/04/2021]: <https://whatukthinks.org/eu/questions/should-the-united-kingdom-remain-a-member-of-the-eu-or-leave-the-eu/?removed>
- Wilden, B. (2018). *Independence Referendums: An Analysis of Central Government Decision-Making*. (Dissertação de doutoramento, University of California, San Diego).
- Wood, J. R. (1981). *Secession: A Comparative Analytical Framework*. University of British Columbia.
- Yin, R. K. (1994). *Case Study Research: Design and Methods*. 2nd ed. Vol. 5. Thousands Oaks: SAGE.

ANEXOS

A. Quadros

Quadro 1. Ocorrências e tentativas secessionistas (1944-2022)

Governo central	Movimento secessionista	Referendo	Resposta do governo central	Resultado	Ano
<i>Estados Democráticos</i>					
Dinamarca	Islândia	Sim	Acomodação	Secessão	1944
Dinamarca	Ilhas Faroé	Sim	Repressão	Manutenção do <i>Status Quo</i>	1946
Canadá	Québec	Sim	Acomodação	Manutenção do <i>Status Quo</i>	1980
Checoslováquia	Eslováquia	Não	Acomodação	Secessão	1993
Canadá	Québec	Sim	Acomodação	Manutenção do <i>Status Quo</i>	1995
São Cristóvão e Neves	Nevis	Sim	Desnecessário ^a	Manutenção do <i>Status Quo</i>	1998
Sérvia e Montenegro	Montenegro	Sim	Acomodação	Secessão	2006
Sérvia	Kosovo	Não	Repressão	Secessão <i>De facto</i>	2008
Reino Unido	Escócia	Sim	Acomodação	Manutenção do <i>Status Quo</i>	2014
Espanha	Catalunha	Sim	Repressão	Manutenção do <i>Status Quo</i>	2014
Espanha	Catalunha	Sim	Repressão	Manutenção do <i>Status Quo</i>	2017
Micronésia	Ilhas Chuuk	Agendado	Acomodação	-	2022
<i>Estados Autoritários</i>					
Répubblica Democrática do Congo	Catanga	Não	Repressão	Secessão <i>De facto</i> ^b	1960
Nigéria	Biafra	Não	Repressão	Manutenção do <i>Status Quo</i>	1967
Indonésia	Papua Ocidental	Sim	Acomodação	Manutenção do <i>Status Quo</i>	1969
Paquistão	Bangladesh	Não	Repressão	Secessão	1971
Angola	Cabinda	Não	Repressão	Manutenção do <i>Status Quo</i>	1975
Jugoslávia	Eslovénia	Sim	Repressão ^c	Secessão	1990
Papua Nova Guiné	Bougainville	Não	Repressão	Manutenção do <i>Status Quo</i> ^d	1990
União Soviética (URSS)	Arménia	Sim	Acomodação ^e	Secessão	1991
URSS	Azerbaijão	Sim	Acomodação ^e	Secessão	1991
URSS	Estónia	Sim	Acomodação ^e	Secessão	1991
URSS	Geórgia	Sim	Acomodação ^e	Secessão	1991
URSS	Letónia	Sim	Acomodação ^e	Secessão	1991
URSS	Lituânia	Sim	Acomodação ^e	Secessão	1991
URSS	Ucrânia	Sim	Acomodação ^e	Secessão	1991
URSS	Turquemenistão	Sim	Acomodação ^e	Secessão	1991
URSS	Uzbequistão	Sim	Acomodação ^e	Secessão	1991
Moldávia	Transnístria	Sim	Repressão	Secessão <i>De facto</i>	1991
Jugoslávia	Croácia	Sim	Repressão ^c	Secessão	1991
Jugoslávia	Macedónia	Sim	Repressão ^c	Secessão	1991
Jugoslávia	Kosovo	Sim	Repressão ^c	Manutenção do <i>Status Quo</i> ^f	1991
Jugoslávia	Bósnia e Herzegovina	Sim	Repressão ^c	Secessão	1992
Geórgia	Abkhazia	Sim	Repressão	Secessão <i>De facto</i>	1992
Geórgia	Ossétia do Sul	Sim	Repressão	Secessão <i>De facto</i>	1992
Rússia	Chechénia	Não	Repressão	Manutenção do <i>Status Quo</i>	1992
Rússia	Tartaristão	Sim	Repressão	Secessão <i>De facto</i> ^g	1992
Etiópia	Eritreia	Sim	Acomodação	Secessão	1993
Comores	Anjouan	Sim	Repressão	Secessão <i>De facto</i> ^h	1997
Indonésia	Timor-Leste ⁱ	Sim	Acomodação	Secessão	1999
Somália ^j	Somáilândia	Sim	Repressão	Secessão <i>De facto</i>	2001
Iraque	Curdistão	Sim	Repressão	Manutenção do <i>Status Quo</i>	2005
Geórgia	Ossétia do Sul	Sim	Repressão	Secessão <i>De facto</i>	2006
Moldávia	Transnístria	Sim	Repressão	Secessão <i>De facto</i>	2006
Sudão	Sudão do Sul	Sim	Acomodação	Secessão	2011
Iraque	Curdistão	Sim	Repressão	Manutenção do <i>Status Quo</i>	2017
Camarões	Ambazónia	Não	Repressão	Manutenção do <i>Status Quo</i> ^k	2017
Papua Nova Guiné	Bougainville	Sim	Acomodação	Em negociação	2019

Fonte: Pavković e Radan (2007); Qvortrup (2020).

Nota: Considerando a definição de secessão de Pavković e Radan (2007) e uma vez que esta dissertação incide sobre movimentos secessionistas, as tentativas de desagregação política de territórios num contexto colonial, como a Argélia (1962), Bermuda (1995), Porto Rico (1967, 1995, 2017, 2020), Nova Caledónia (1967, 2018, 2020), entre outros, são ignoradas. Isto é suportado pelas listas da Organização das Nações Unidas de antigos e atuais territórios não autogovernados. Disponível em: <https://www.un.org/dppa/decolonization/en/nsrgt>; <https://www.un.org/dppa/decolonization/en/history/former-trust-and-nsgts>. Na mesma lógica, as tentativas de territórios irredentistas como por exemplo a República Turca do Chipre do Norte (1963), Artsaque (1991) ou a República Srpska (1992), não são consideradas. Seguindo as definições estabelecidas no capítulo 1.2, a resposta do governo central é classificada como “Acomodação” se o mesmo tiver negociado os termos da tentativa de secessão com os independentistas, ou se indicou que respeitaria a validade do resultado - mesmo se o fez *ex post facto*. Do mesmo modo, uma resposta é definida como “Repressão” se o governo central ignorou ou condenou a tentativa de secessão, ou se tentou punir os independentistas. A classificação dos Estados democráticos - em pertinência para os autoritários - foi avaliada através da categorização de “Livre” feita pelas análises da *Freedom House* durante o ano da tentativa secessionista. Disponível em: <https://freedomhouse.org/reports/publication-archives>. Apesar de não existirem esses dados durante o ano das tentativas secessionistas para os casos da Dinamarca, Congo, Nigéria, Indonésia e Paquistão, são considerados os seus históricos da categorização mencionada desde 1978 - data da primeira publicação da *Freedom House*.

^a Em Neves, ao contrário dos outros casos, a secessão unilateral é garantida pela constituição (Radan, 2012).

^b Após um violento conflito armado, a Catanga foi reintegrada na República Democrática do Congo em 1963 (Pavković e Radan, 2007).

^c Inicialmente, a Jugoslávia acomodou os referendos secessionistas, contudo, mediante as declarações de independência da Eslovénia e da Croácia, o governo central incitou um violento conflito armado contra os territórios secessionistas a fim de manter a sua integridade territorial (Pavković e Radan, 2007).

^d A primeira tentativa secessionista de Bougainville originou um conflito armado com o governo central. Posteriormente foi assinado em 2011 um tratado de paz que previu a realização do referendo independentista em 2019 (Kohen, 2006).

^e Em muitos dos casos secessionistas na USSR, a metrópole não acomodou explicitamente a realização de um referendo independentista. Mas o caos e a desintegração durante 1991 levou a que este não contestasse a validade destes referendos (Wilden, 2018).

^f Durante esta tentativa, ao contrário da outra em 2008, o Kosovo apenas obteve o reconhecimento da Albânia (Abazi, 2008).

^g Apesar de ainda haver alguns apoiantes pela independência, com a conclusão de um tratado bilateral entre ambos os governos em 1994, o Tataristão recuou na secessão e reintegrou a Rússia (Giuliano, 2000).

^h Em 2001, um acordo foi negociado entre Anjouan e o governo central, levando à reintegração do território a Comores (Kohen, 2006).

ⁱ Inicialmente um território colonial de Portugal, Timor-Leste foi depois incorporado na Indonésia entre 1975 e 1999. Como tal, na altura Timor-Leste foi considerado como parte integrante da Indonésia. Assim, a partir de uma perspetiva política, este parece ter sido um caso de secessão. Depois de enorme pressão internacional o governo-central decidiu acomodar o referendo independentista (Pavković e Radan, 2007).

^j A Somália está atualmente fraturada pelos territórios da Somálilândia e da Puntlândia. Contudo, ao contrário do primeiro, o segundo, não procura a secessão, mas uma Somália federativa. Dado isto, a Puntlândia não é considerada neste quadro (Johnson & Smaker, 2014).

^k Desde a tentativa de secessão da Ambazónia, os secessionistas têm travado um conflito armada com o governo central, sem deter qualquer controlo do território até ao momento (Kucera, 2020).

Quadro 2. Resultados das eleições gerais (2016-19).

	Porcentagem de voto			Número de parlamentares		
	2016	A19	N19	2016	A19	N19
PSOE	22,63	28,67	28,00	85	123	120
PP	33,01	16,69	20,81	137	66	89
Vox	0,19	10,26	15,08	0	24	52
UP	20,88	14,32	12,86	71	42	35
Cs	13,06	15,86	6,8	32	57	10
ERC	2,63	3,89	3,61	9	15	13
JxCat	-	1,91	2,19	-	7	8
CDC	2,01	-	-	8	-	-
CUP	-	-	1,02	-	-	2

Nota: Elaboração do autor recorrendo a dados provenientes do *Ministerio del Interior* (2016-19). A quota-parte dos resultados do UP deve-se à soma do partido mais as suas coligações territoriais e sectoriais.

Quadro 3. Resultados das eleições regionais da Catalunha (2017-2021)

	Porcentagem de voto		Número de parlamentares	
	2017	2021	2017	2021
PSOE-PSC	13,86	23,03	17	33
PP	4,24	3,85	4	3
Vox	-	7,67	-	11
CECP	7,46	6,87	8	8
Cs	25,35	5,58	36	6
ERC	21,38	21,30	32	33
JxCat	21,66	20,07	34	32
CUP	4,46	6,68	4	9
PDeCat	-	2,72	-	0

Nota: Elaboração do autor recorrendo a dados provenientes da *Generalitat de Catalunya* (2021). O *Partit Demòcrata Europeu Català* (PDeCat) é o sucessor do CDC. O partido participou nas eleições de 2017 como parte integrante do JxCat.

Quadro 4. Opinião pública espanhola sobre uma política de diálogo para com a Catalunha (2017-2019).

	A favor	Contra
04 abr. 2017	41%	36%
17 fev. 2019	52,6%	37,3%
18 fev. 2019	52,3%	34,2%
20 set. 2019	59%	32,6%
22 set. 2019	66% ^a	23,4%

Nota: Elaboração do autor recorrendo a dados provenientes da *MyWord* (2017); *GESOP* (2019); *Gad3* (2019a; 2019b) e da *CEO* (2019).

^a Este valor corresponde à soma de duas opções presentes na sondagem realizada pelo CEO. Uma destas prevê uma política de diálogo dentro do quadro da Constituição (46,8%) e a outra, uma política de diálogo sem limites (21,2%). Das sondagens analisadas, esta é a única que faz esta distinção.

Quadro 5. Resultados do referendo de 2016 sobre a permanência do Reino Unido na UE.

	<i>Remain</i>	<i>Leave</i>
Reino Unido	48,1%	51,9%
Inglaterra	46,6%	53,4%
Escócia	62,0%	38,0%
Irlanda do Norte	55,8%	44,2%
País de Gales	47,5%	52,5%

Fonte: *BBC News* (2016).

Quadro 6. Resultados das eleições gerais (2017-2019).

	Percentagem de voto		Número de parlamentares	
	2017	2019	2017	2019
CP	42,34	43,63	317	365
LP	39,99	32,08	262	202
SNP	3,04	3,88	35	48
LD	7,37	11,55	12	11

Nota: Elaboração do autor recorrendo a dados provenientes do *House of Commons Library* (2017-20).

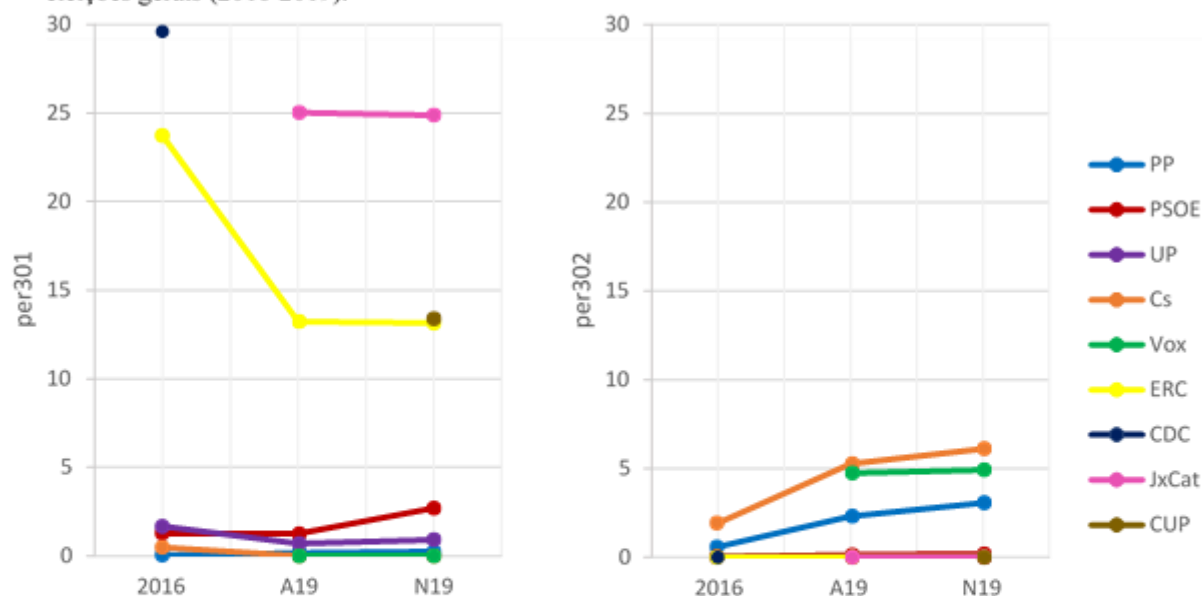
Quadro 7. Resultados eleitorais das eleições escocesas (2016-2021).

	Percentagem do voto distrital		Percentagem do voto proporcional		Número de parlamentares	
	2016	2021	2016	2021	2016	2021
SNP	46,5	47,7	41,7	40,3	63	64
CP	22,0	21,9	22,9	23,5	31	31
LP	22,6	21,6	19,1	17,9	24	22
SGP	0,6	1,3	6,6	8,1	6	8
LD	7,8	6,9	5,2	5,1	5	4
Alba	-	-	-	1,7	-	0

Nota: Elaboração do autor recorrendo a dados provenientes da BBC News (2021).

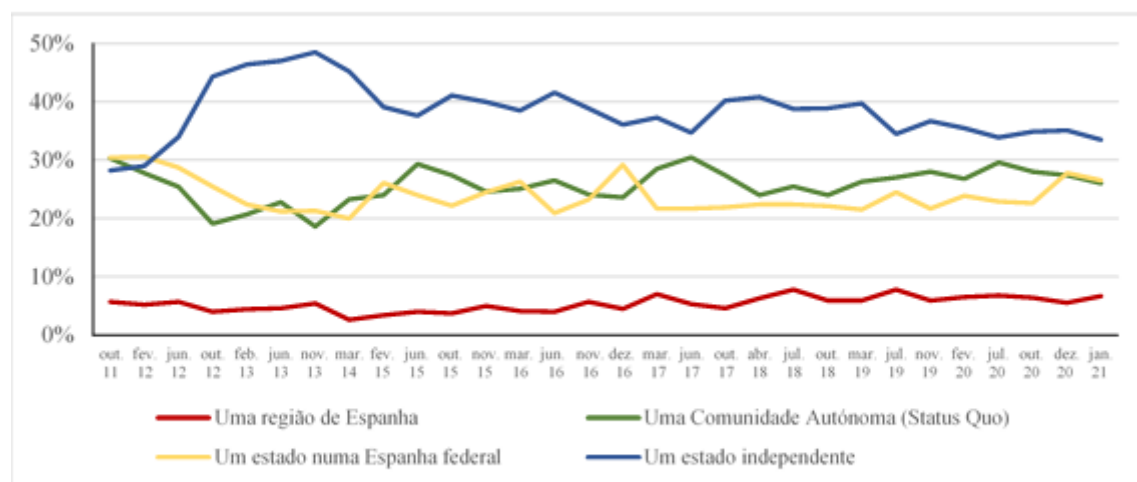
B. Figuras

Figura 1. Saliência da dimensão territorial nos manifestos dos partidos políticos espanhóis e catalães para as eleições gerais (2016-2019).



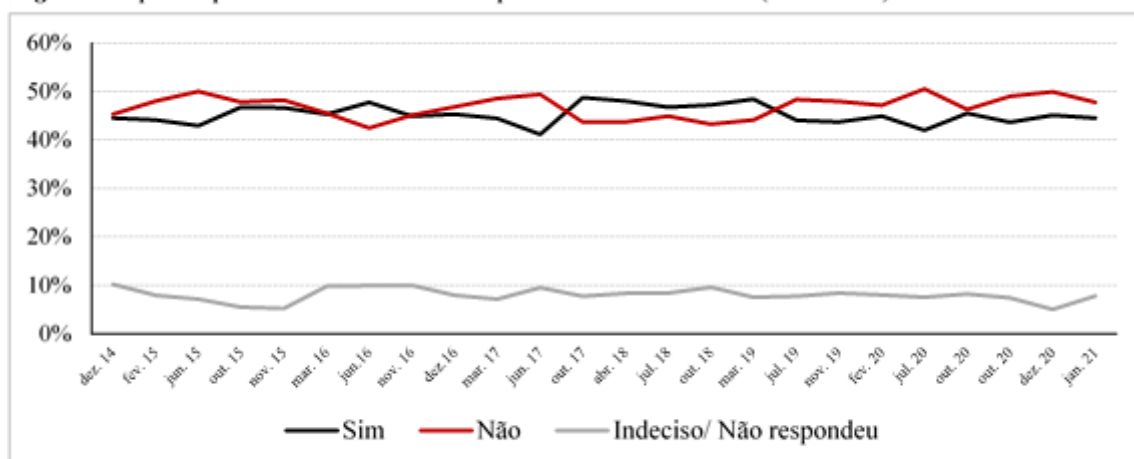
Nota: Elaboração do autor recorrendo a dados provenientes do MARPOR (2020). No primeiro gráfico, o eixo vertical (per301) indica o apoio ao federalismo ou à descentralização do poder político que podem incluir menções favoráveis de consideração especial para áreas subnacionais, mais autonomia para qualquer nível subnacional, etc. No segundo gráfico, o eixo vertical (per302) indica a oposição geral à tomada de decisões políticas a níveis políticos regionais e o apoio a um governo unitário e a uma maior centralização. Os valores dos eixos verticais constituem a quota relativa de quase-frases para cada categoria em relação a todas as quase-frases do manifesto. Por exemplo no caso do CDC em 2016, o valor de 29,99 significa que 29,99% do manifesto como um todo foi dedicado a essa categoria. Uma vez que se trata de uma quota relativa, a escala pode variar entre 0 (nenhuma quase-frase relativa a essa categoria) e 100 (todo o manifesto é sobre esta categoria). O eixo horizontal de ambos os gráficos indica o período temporal em que ocorreram os últimos três momentos das eleições gerais espanholas.

Figura 2. Preferências dos catalães sobre a disposição constitucional da Catalunha. (2011-2021).



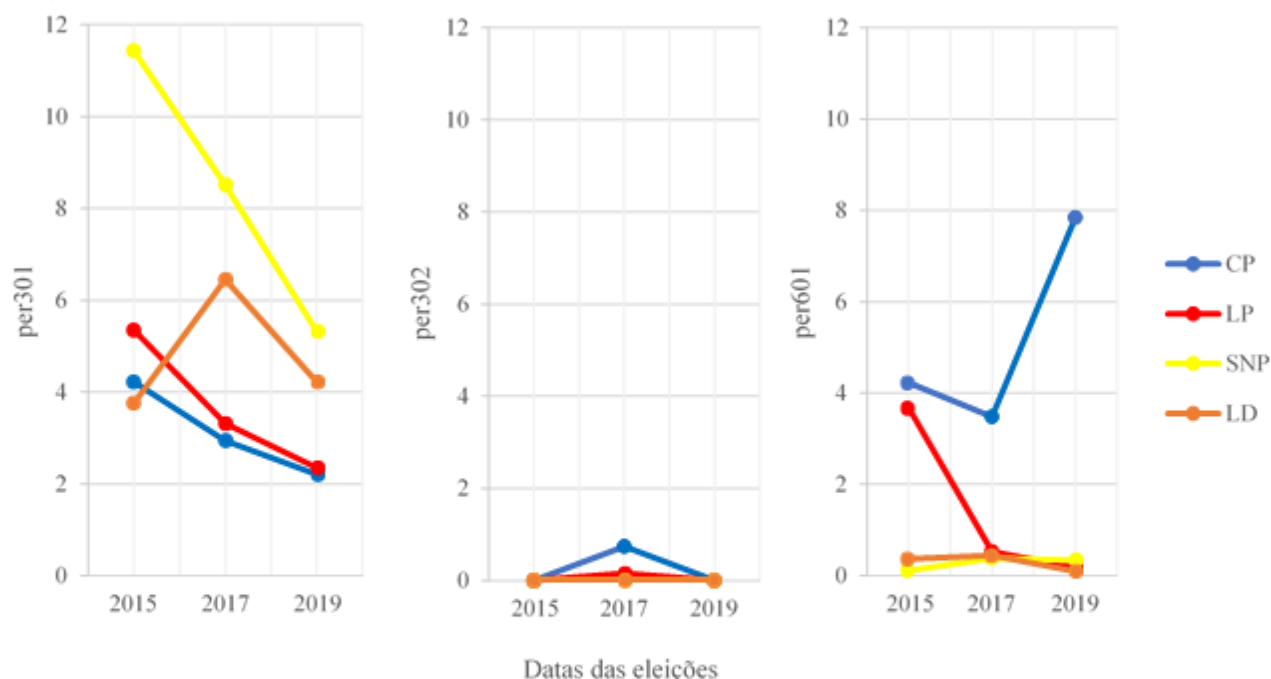
Nota: Elaboração do autor recorrendo a dados provenientes do CEO (2021).

Figura 3. Opinião pública catalã sobre a independência da Catalunha (2014-2021).



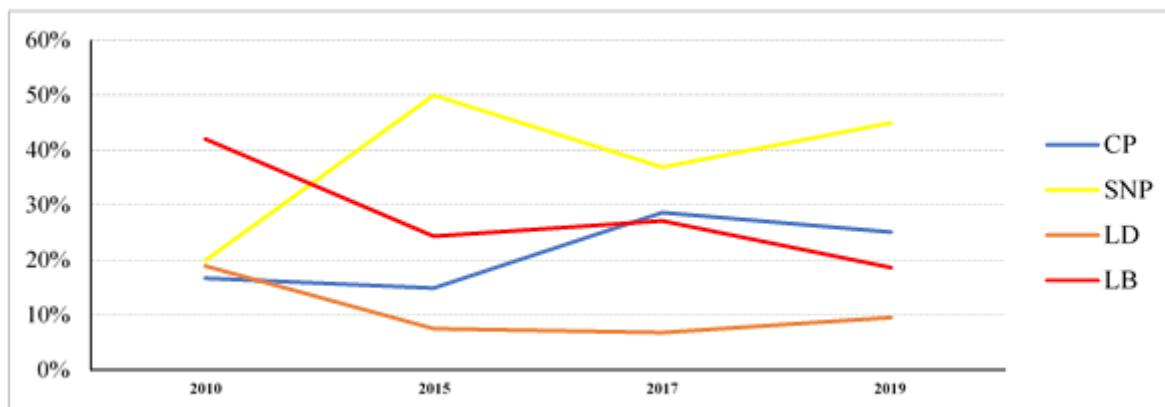
Nota: Elaboração do autor recorrendo a dados provenientes do CEO (2021). Em vez de preferências constitucionais ou governativas, este inquérito coloca aos escoceses a seguinte questão: "Mais precisamente, quer que a Catalunha se torne um Estado independente?".

Figura 4. Saliência da dimensão territorial nos manifestos dos partidos políticos britânicos e escoceses para as eleições gerais (2015-2019).



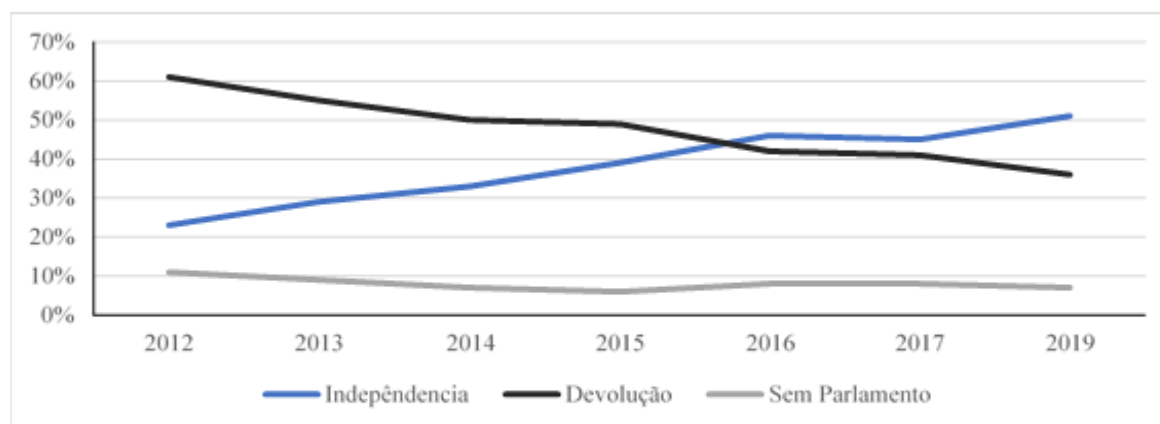
Nota: Elaboração do autor recorrendo a dados provenientes do MARPOR (2020). Novamente, no primeiro gráfico, o eixo vertical (per301) indica o apoio ao federalismo ou à descentralização do poder político que podem incluir menções favoráveis de consideração especial para áreas subnacionais, mais autonomia para qualquer nível subnacional, etc. No segundo, o eixo vertical (per302) indica a oposição geral à tomada de decisões políticas a níveis políticos regionais e o apoio a um governo unitário e a uma maior centralização. Dada as observações realizadas no capítulo 4.2, é adicionado um terceiro gráfico, o qual designa menções favoráveis da história do país, o apoio às ideias nacionais estabelecidas e apelos gerais ao patriotismo e nacionalismo. Tal como o caso anterior, os valores dos eixos verticais constituem a quota relativa de quase-frases para cada categoria em relação a todas as quase-frases do manifesto. O eixo horizontal dos três gráficos indica o período temporal em que ocorreram os últimos três momentos das eleições gerais britânicas.

Figura 5. Resultados das eleições gerais na Escócia (2010-2019).



Nota: Elaboração do autor recorrendo a dados provenientes do *House of Commons Library* (2020).

Figura 6. Preferências dos escoceses sobre a disposição constitucional da Escócia (2012-2019).



Nota: Elaboração do autor recorrendo a dados provenientes da *Scottish Social Attitudes* (SSA, 2020). O SSA tem questionado os escoceses a longo prazo, desde 1999, a seguinte questão: “Como deve a Escócia ser governada?” Não existem dados para 2018. A mais recente sondagem da SSA foi realizada entre finais de agosto de 2019 até meados de março de 2020.

Figura 7. Opinião pública escocesa sobre a independência da Escócia (2016-2021).

